

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA- UFSC
CENTRO DE CIENCIAS DA EDUCAÇÃO – CED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE**

IVANETE NARDI EFE

**INTERCULTURA E SUSTENTABILIDADE um estudo de caso centrado
nas interrelações com as comunidades de pescadores de Porto Said e Rio
Bonito, município de Botucatu (SP)**

**Florianópolis
2009**

Ivanete Nardi Efe

**INTERCULTURA E SUSTENTABILIDADE: um estudo de caso centrado
nas interrelações com as comunidades de pescadores de Porto Said e Rio
Bonito, município de Botucatu (SP)**

Dissertação apresentada como pré-requisito para
obtenção do grau de mestre em Educação no Programa
de Pós-Graduação em Educação da Universidade
Federal de Santa Catarina.

Orientador: Prof. Dr. Reinaldo Matias Fleuri

Co-Orientador: Prof. Dr. Mário Jorge Cardoso Coelho
Freitas

Florianópolis

2009

“Cada dia a natureza produz o suficiente para nossa carência. Se cada um tomasse o que lhe fosse necessário, não havia pobreza no mundo e ninguém morreria de fome”
(Mahatma Gandhi)

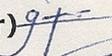


**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

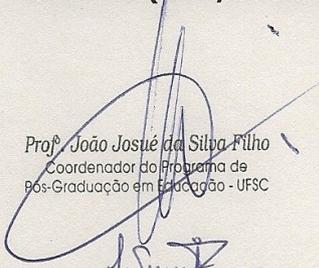
**"INTERCULTURA E SUSTENTABILIDADE: UM ESTUDO DE CASO CENTRADO
NAS INTERRELAÇÕES COM AS COMUNIDADES DE PESCADORES DE PORTO
SAID E RIO BONITO, MUNICÍPIO DE BOTUCATU (SP)"**

**Dissertação submetida ao Colegiado do
Curso de Mestrado em Educação do
Centro de Ciências da Educação em
cumprimento parcial para a obtenção
do título de Mestre em Educação**

APROVADA PELA COMISSÃO EXAMINADORA em 15/12/2009

Dr. Reinaldo Matias Fleuri (CED/UFSC-Orientador) 
Dr. Mario Jorge Cardoso Coelho Freitas (UMINHO/PORTUGAL-Co-orientador) 
Dr. Valdo Hermes de Lima Barcelos (UFSCM-Examinador) 
Dr. Leandro Belinaso Guimarães (CED/UFSC-Examinador) 
Dra. Cristiana de Azevedo Tramonte (CED/UFSC-Suplente) 

Prof. João Josué da Silva Filho
Coordenador do Programa de
Pós-Graduação em Educação - UFSC


IVANETE NARDI

FLORIANÓPOLIS/SANTA CATARINA/DEZEMBRO/2009

Dedico este trabalho ao meu marido
MARCUS VINICIUS AMORIM EFE
pela felicidade e o prazer de viver

AGRADECIMENTOS

Ao final deste trabalho, paro e reflito: o que e a quem eu devo agradecer?

A Deus, que se manifesta diariamente através de diferentes maneiras em minha vida.

Assim, chego ao final deste percurso um tanto prazeroso e ao mesmo tempo tortuoso. Mas com a certeza de que encontrei muitas pessoas que foram fundamentais para eu prosseguir este caminho, são elas:

Prof. Dr. Reinaldo Matias Fleuri, orientador e mestre tanto da caminhada acadêmica quanto nas orientações da vida.

Prof. Dr. Mario Freitas, co-orientador e iluminador quando precisava de ideias para compor o trabalho de pesquisa.

Aos Professores Valdo Barcelos, Leandro Belinaso Guimarães e Cristiana Tramonte pela leitura do texto e por aceitarem fazer parte da banca examinadora.

Aos meus amigos e parceiros de trabalho, principalmente nesta pesquisa, Drauzio Annunciato e Bruno Silva, muito obrigada pela ajuda e incentivo.

Ao povo de Botucatu, em especial aos moradores/pescadores das comunidades de Porto Said e Rio Bonito.

Aos professores/colegas colaboradores do Núcleo Mover, cada um/a com sua especificidade, sempre me dando apoio em todos os momentos: Gabriel, Corte Real, Sílvia, Clara, Cátia, Vivi, Nadir, Cris Valente, Cuca, Lia, Bruno, Ro, Débora, Paula, Rafael, Gilly, Marcos, Ju, Mo, Thais, Alexis, Nei, Luiz Antonio, Jane e todos que passaram pelo Núcleo.

A todos os professores e colegas do Curso de Mestrado em Educação.

À minha família: meu pai Daniel, a minha mãe Elvira (in memoriam) minhas irmãs Ivani e Ivone, meu cunhado Rogério. Todos me apoiando e incentivando em

seguir nesta caminhada. Aos meus sobrinhos maravilhosos que me dão muita alegria: Ewerton e Matheus, amo vocês!.

À minha amiga de muitos anos e que, no percurso desta caminhada, tornamo-nos da mesma família, Agda Cristina, obrigada por tudo! E seus filhos maravilhosos: Caique, Carol e Lucas - que fazem parte da minha vida!

À nova família que constitui durante esta caminhada de mestrado: D. Namir e Seu Efe (in memoriam), Márcio, Mauricio e família, Tia Odair e Eliton.

Ao Juno, um ser pequenininho de quatro patas, mas com um coração grande, cheio de alegria.

A todos os meus amigos e conhecidos que fazem parte da minha vida.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação.

À CAPES por conceder um ano de bolsa que muito me auxiliou.

RESUMO

O presente trabalho se caracteriza como um estudo de caso nas comunidades de pescadores de Porto Said e Rio Bonito, que vivem às margens de uma represa pertencente à Usina Hidrelétrica- UHE Barra Bonita, no município de Botucatu(SP). O objetivo principal foi analisar, através dos discursos dos pescadores moradores dos acampamentos e de outros moradores da área, bem com de autoridades locais, como eles entendem e enfrentam os principais problemas do entorno da represa e como eles veem o futuro. Um fator marcante para essa nova formação de comunidade decorre da implementação de medidas de compensação ambiental para reservatórios, o que gerou a introdução de espécies exóticas de peixes, particularmente, a tilápia do Nilo. Essa se configurou como uma nova fonte de renda para muitas famílias de baixa renda. Estas famílias de pescadores se instalaram nas margens da represa, sendo área de proteção ambiental e acabaram por estabelecer conflitos de cunho socioambiental o que se constituiu num processo judicial com o poder público e com a empresa concessionária da UHE. A metodologia utilizada foi pesquisa qualitativa. Como estratégias de investigação, utilizou-se entrevistas semi-estruturadas, conversas individuais, reuniões, observações e análise documental. A análise dos dados foi mediada por três categorias relacionais, baseadas em Fairclough e Freitas et al: a) relações de identificação ou constituição; b) relações de relações (relações entre os grupos e com o meio ambiente) e c) relações de controle ou ordem. O que se percebe neste momento é que diferentes discursos e visões vão se estabelecendo: os pescadores querem garantir seu sustento econômico, a empresa quer garantir sua responsabilidade sócio-ambiental junto a organismos internacionais, o estado quer garantir o bem estar social. Enfim, estas diferentes visões vão compondo estratégias de enfrentamento e de sustentação, implicando assim estabelecer normas que irão criar bases para mediar institucionalmente esses conflitos, procurando entender os olhares sobre cada grupo na procura de um futuro mais sustentável.

Palavras-chave – Intercultura, Sustentabilidade, Botucatu

ABSTRACT

This work is characterized as a case study in a community of fishermen living in low-income margins of a dam belonging to Hydro-Power Plant – HPP, Barra Bonita in Botucatu / SP. The main objective is to understand the different views of this community about the living environment and relations with other groups coming in a historical moment in which is immersed in a social conflict. A key milestone for this new formation of community arises from the implementation of compensatory measures for environmental reservoirs that leads to the introduction of alien species (in this case the Nile tilapia) which set up a new source of income for many low-income families. These fishing families settled on the banks of the dam, and environmental protection area, eventually establishing conflict of a socio-environmental arose in a lawsuit with the government and the lender of HPP. The methodology used was qualitative research as research strategies we used semi-structured, individual conversations, meetings, observations and documentary analysis. Data analysis was mediated by three categories based on Fairclough: a) identity is reflected in how social identities are established in the discourse, b) relational and social relations between groups are represented and negotiated and c) relates ideational ways in which the speeches mean the world and its processes. What we see now is that different discourses and visions will be providing: fishermen want to ensure their upkeep, the company wants to ensure its social and environmental responsibility from international organizations, the state wants to ensure social welfare. Ultimately, these different views will compose coping strategies and support, and hence to establish norms and rules that will create institutional bases to mediate these conflicts, trying to understand the looks on each group's demand for a more sustainable future.

LISTA DE SIGLAS

ABCD - Santo André, São Bernardo, São Caetano e Diadema (Região da Grande São Paulo)

ACD – Análise Crítica do Discurso

AES - Applied Energy Services (Serviços de Energia Aplicada)

ANEEL – Agencia Nacional de Energia Elétrica

APP - Áreas de Preservação Permanente

BOVESPA – Bolsa de Valores de São Paulo

CESP - Companhia Energética de São Paulo

CONAMA – conselho Nacional de Meio Ambiente

DAEE - Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo

DEPRN - Departamento Estadual de Proteção aos Recursos Naturais

DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

DS – Desenvolvimento Sustentável

EADS – Educação ambiental para o Desenvolvimento Sustentável

FAO-ONU - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

SP – São Paulo

UHE - Usina Hidrelétrica

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Foto 01 - Vista parcial da área de acampamento dos pescadores na comunidade de Porto Said – Botucatu-SP.....	19
Quadro 01 - Fluxograma metodológico	24
Foto 02 - Vista parcial do acampamento de Porto Said.	30
Foto 03 - Vista Geral da área do acampamento de pescadores de Rio Bonito....	31
Foto 04 - Vista parcial do Lago da Represa em Rio Bonito/ Botucatu/SP	37
Quadro 02 - Dimensões do desenvolvimento sustentável	46
Quadro 03 – Tipos de relações para análise do processo de mediação como processo complexo.	60
Foto 05 – Campeonato de natação no Rio Tiete em 1975.....	61
Foto 06 – Campeonato de Pesca em 2007, às margens da Represa.....	61
Gráfico 01 - Origem dos moradores dos acampamentos de Porto Said e Rio Bonito segundo as regiões do Brasil	65
Foto 07 – Acúmulo de lixo depositado as margens da represa e também o esgoto a céu aberto.	74
Foto 08 – Vista do interior do acampamento de Porto Said	79

SUMÁRIO

RESUMO.....	8
ABSTRACT	9
LISTA DE SIGLAS	10
LISTA DE ILUSTRAÇÕES	11
1. INTRODUÇÃO.....	14
1.1 Problemas e objetivos	18
1.2 Plano da dissertação	20
1.3 Metodologia	21
2. CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICO-AMBIENTAL DE BOTUCATU	32
2.1 A formação do lago da UHE de Barra Bonita	35
3. SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS: O GRANDE DESAFIO.....	38
3.1 O desafio Ambiental no Contexto Contemporâneo.....	38
3.2 Perspectivas de Desenvolvimento Sustentável	41
3.3 As dimensões da Sustentabilidade.....	43
3.4 Educação Ambiental para a Sustentabilidade	47
3.5 Educação Ambiental e Interculturalidade	49
3.6 Cultura da Sustentabilidade.....	51
4. O DISCURSO COMO PRÁTICA SOCIAL NO AMBITO DOS PROCESSOS DE MEDIAÇÃO SOCIO-AMBIENTAL EM PORTO SAID E RIO BONITO.....	55
5. ANÁLISE DOS DISCURSOS COLETADOS NAS DINÂMICAS INTERCULTURAIS EM PORTO SAID E RIO BONITO	61

5.1	Relações de Identificação.....	62
5.1.1	Identidade sociocultural dos pescadores	63
5.2	Relação de relações.....	67
5.2.1	Relação dos pescadores com os outros grupos	68
5.2.2	Relações com o ambiente.....	71
5.3	Relações de ordem ou controle.....	76
5.3.1	Ocupação da represa e seu entorno	76
5.3.2	A represa para turismo e lazer	80
5.3.3	A pesca como trabalho dos moradores dos acampamentos.....	83
5.4	Perspectivas político-ambientais emergentes	86
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
7.	REFERÊNCIAS.....	92
8.	ANEXOS	97

1. INTRODUÇÃO

É um processo lento, mudar de princípios, e nunca saberás que eles mudaram até que alguma coisa que era certa para ti simplesmente deixe de o ser.

Richard Bach

Após muitos anos de destruição, degradação e depredação ao meio ambiente, a retirada dos recursos naturais para atender a um modelo econômico voltado ao acúmulo privado de riqueza, vemo-nos, hoje, diante de uma profunda crise de ordem ecológica, que afeta amplas regiões e ultrapassa todas as fronteiras. A atual “crise ecológica”, segundo Grün, (1996), é uma crise da cultura ocidental, uma crise dos valores que sustentam essa cultura e também uma crise civilizatória e estrutural.

Fato este, que advém de problemas de ordem global e não pode ser compreendido isoladamente. Para Capra (2006), os principais problemas de nossa época são problemas sistêmicos, o que significa que estão interligados e interdependentes. A escassez de recursos e a degradação do meio ambiente combinam-se com a rápida expansão de populações, levando ao colapso das comunidades locais, à violência étnica e tribal. Para o autor, há soluções, sim, mas estas requerem uma mudança radical de nosso modo de pensar, em nossas percepções e nos nossos valores. Somente será possível estabilizar estes

problemas a partir do ponto de vista sistêmico. As únicas soluções são as soluções sustentáveis.

Sendo de ordem global, essa crise se manifesta de forma interligada em vários domínios, como o social, o econômico, o político, o cultural e o ecológico/ambiental. Podemos caracterizar essa crise, pelo progressivo esgotamento dos recursos, pelas dificuldades em gerir os resíduos, por profundas e inadequadas alterações climáticas e pela redução drástica da biodiversidade a que se associam no que toca à componente ambiental humana, a degradação do patrimônio histórico, a perda de diversidade cultural, a degradação da qualidade de vida, entre outros, (FREITAS, 2004).

Com a interferência que uma nação exerce sobre outra por meio de ações relacionadas ao meio ambiente, a questão ambiental passa a compor a lista dos temas de relevância, tanto em nível nacional quanto internacional.

Diante do processo de degradação contínua dos ecossistemas por meio de ações antrópicas, para atender as demandas da população, vivemos períodos marcados por transformações sociais, políticas e culturais. Convivemos diariamente com os problemas de ordem social e ambiental. Em contrapartida, a preocupação em minimizar tais problemas está se evidenciando, para o bem-estar do planeta, possibilitando um processo de sensibilização e mudanças de atitudes, difundindo a ideia de conservação e preservação do meio ambiente por parte de grupos socioculturais e ambientais e a eles relacionados.

Movimentos sociais significativos surgem em diversos níveis das complexas sociedades contemporâneas. Por exemplo, os movimentos ambientalistas, pacifistas, pela justiça social e ecológica, as lutas pela inclusão da perspectiva de gênero, o reconhecimento das necessidades de respeito às

minorias e a aceitação das diferenças. Estes podem causar flutuações no sistema socioeconômico e cultural atual e, ainda, ao se estenderem facilitam as transformações do sistema social paralelo ao educacional (MEDINA, 1999).

Os movimentos sociais, sobretudo os de ordem ecológica, estão sendo desafiados a perceber que o limite do desenvolvimento econômico é determinado pela necessidade de preservação da natureza. Para Porto-Gonçalves (2006), o desafio ambiental está no centro das contradições do mundo moderno colonial e agrava-se nos anos 1960/70. A ideia moderna de progresso, assim como sua versão mais atual de desenvolvimento, é sinônimo de dominação da natureza. Que na perspectiva ambientalista, coloca-nos diante da questão de que há limites para a dominação da natureza.

Contudo, no Brasil, na década de 1980, surge um novo movimento no âmbito dos movimentos sociais, o movimento ambientalista. Este movimento caracteriza-se pela crítica ao modelo de desenvolvimento econômico altamente concentrador de renda e destruidor da natureza e de exclusão social. Esse movimento social é considerado relevante para a atual conjuntura socioeconômica. (DIEGUES, 1996).

A partir da ação desses movimentos sociais, principalmente do movimento ambientalista, temas como meio ambiente, Educação Ambiental, Desenvolvimento Sustentável, sustentabilidade, interculturalidade, cultura, ecologia, entre outros, passam a fazer parte de agendas nos diferentes segmentos da sociedade, bem como nas políticas públicas.

É no contexto dessas medidas que se situa o tema da presente pesquisa. A pesquisa está pautada nas condições socioambientais em que vivem as populações às margens do Rio Tietê, junto ao reservatório da Usina Hidrelétrica -

UHE de Barra Bonita, município de Botucatu (SP). As condições em que esses grupos de pessoas vivem é de natureza complexa, envolvendo componentes ambientais, sociais, econômicos e culturais.

O presente estudo está inserido numa ação mais ampla. Faz parte de uma pesquisa que culminou na produção de um livro denominado *Botucatu as margens do Tietê: cultura e sustentabilidade*¹, de autoria de Mario Freitas e Drauzio Annunziato”. Neste trabalho, participei durante toda a etapa da pesquisa na qual foi feito um levantamento histórico, cultural e do meio ambiente no município de Botucatu (SP). Além disso, foi realizado um processo de mediação social, no qual se procurou dar voz aos sujeitos, particularmente aos que são menos escutados, neste caso, o grupo de pescadores que vive em condições precárias às margens da represa. O objetivo da ação na qual a pesquisa está envolvida é criar processos de mediação, de conhecimento mútuo, de conversas entre os pescadores, comunidade local, poder público e empresa concessionária da UHE e de propor soluções.

No decorrer desta pesquisa, o processo de mediação sofreu um novo avanço. Dada a disponibilidade de pescadores, do poder público municipal e da AES Tietê² para discutir as soluções de caráter urgente e se comprometer conjuntamente a implementá-las, foi possível realizar um primeiro encontro para o conhecimento mútuo e para apresentação e debate de um *Protocolo*

1 A produção deste livro conta de forma cultural a história de Botucatu desde os índios nativos vivendo civilizações pré-modernas, da chegada dos portugueses até a situação atual, reunindo informações, documentos e ilustrações sobre os aspectos culturais e de meio ambiente de Botucatu-SP.

2 A AES Tietê é uma concessionária energética que está em operação na Usina Hidrelétrica de Barra Bonita, na qual o reservatório dessa usina passa pelo município de Botucatu. A sigla AES significa Applied Energy Services em português significa Serviços de Energia Aplicada.

de *Intenções* previamente construído. Este protocolo está melhor detalhado no tópico 5.4.

1.1 Problemas e objetivos

A questão da problemática ambiental nesta região não poderá ser resumida apenas nos últimos anos. Desde a construção da usina na década de 1960, (pela Companhia Energética de São Paulo- CESP, atualmente a sucessora da CESP é a concessionária AES Tietê), já se iniciaram os problemas sociais e ambientais. Sociais no que diz respeito à “retirada” das populações das margens do rio para a construção da represa; ambientais pois, na medida em que se muda uma dinâmica natural de um rio, muda-se todo o ecossistema em volta, como, por exemplo, a fauna nele existente. Onde antes se tinha fauna piscícola nativa, com variadas espécies de peixes, agora, com a mudança da dinâmica do rio que se tornou em água represada, a fauna nativa não sobrevive mais devido à escassez de oxigênio. O que se vê atualmente e que tem sobrevivido são espécies de peixes exóticas que foram introduzidas. Por exemplo, na área de estudo, foi a introdução da tilápia do Nilo, que é uma das espécies que tem sobrevivido e se transformou em fonte de renda para muitas famílias que vivem nas margens da represa. Essa fauna piscícola foi introduzida na represa como medida de compensação ambiental e proteção a fauna, conforme art. 36 do decreto-lei 221 de 28/02/1967, relacionada com a exploração das águas dos rios pelas usinas hidrelétricas. A empresa faz a liberação de alevinos nas represas e, com isso,

aumenta significativamente o número de peixes, atraindo muitas famílias a se instalarem às margens do lago e suas imediações para a exploração dessa fauna como atividade econômica. Só que, sendo estas margens área de preservação permanente (APP), a presença dessas pessoas configura-se, assim, um problema socioambiental. (fig. 1).



Foto 01 - Vista parcial da área de acampamento dos pescadores na comunidade de Porto Said – Botucatu-SP

Como podemos ver na foto acima, estas populações ribeirinhas vivem em condições de infraestrutura precária. Entretanto, elas são portadoras de identidades socioculturais particulares, que transportam dos locais de onde vieram, e que, num novo contexto socioambiental, por um lado se mantêm e, por outro lado, se renovam, assumindo novos contornos, nesta sua nova forma de vida. Diferentes concepções se misturam entre estas pessoas e as que já viviam neste lugar. Alguns olhares são de compreensão e esforço de aceitação,

entretanto, outros são de curiosidade, de reserva, talvez de alguma desconfiança, provocando assim um choque sociocultural.

Tendo a finalidade de compreender os diferentes pontos de vista, como um entende o outro, como um está conversando com o outro e procurando dar um olhar mais específico ao papel das questões do meio ambiente, o objetivo geral desta pesquisa é fazer uma análise através dos discursos de como se estabelecem as relações (relações identitárias, relações de relações – entre os grupos e com o meio ambiente e relações de controle ou ordem) entre as comunidades de pescadores e os outros grupos sociais de Porto Said e Rio Bonito/Botucatu-SP. Com isso, pretende-se: 1) Identificar e analisar alguns aspectos centrais de diferentes culturas (modos de vida) presentes no processo de interação entre as comunidades recém instaladas e as que ali vivem há mais tempo; 2) Analisar o papel das questões ambientais e de desenvolvimento nas dinâmicas interculturais destas comunidades. 3) Identificar e caracterizar os principais conflitos que emergem das dinâmicas interculturais e das relações que se estabelecem.

1.2 Plano da dissertação

Esta dissertação está organizada da seguinte forma:

A primeira parte apresenta a introdução, contextualização do tema e do problema da pesquisa, bem como a metodologia da pesquisa.

A segunda parte descreve uma caracterização histórica e ambiental de Porto Said e Rio Bonito, no contexto do município de Botucatu(SP).

A terceira parte apresenta uma visão de diversos autores sobre os desafios e as dimensões da sustentabilidade e Interculturalidade para assim poder refletir numa forma de poder viver em um ambiente que seja sustentável para as atuais e futuras gerações, ou seja, como princípio do Desenvolvimento Sustentável.

Na quarta parte trata-se de uma análise com base nos dados recolhidos durante a pesquisa a partir dos discursos coletados, fazendo referência à chamada Análise Crítica do Discurso (ACD) – em particular, da Teoria Social do Discurso, de Norman Fairclough. A análise que integra o discurso se estabelece na categorização de três tipos de relações: relações de constituição ou identificação, relações de relações (relações com outros grupos e com o meio ambiente) e relações de controle ou ordem.

E, por fim, são apresentadas as considerações finais, com perspectivas de ampliação da discussão sobre a Intercultura e sustentabilidade.

1.3 Metodologia

Em termos metodológicos, esta pesquisa se caracteriza como uma pesquisa qualitativa, tendo como estudo de caso as comunidades de pescadores de Porto Said e de Rio Bonito. A pesquisa qualitativa considera a existência de uma relação dinâmica entre mundo real e sujeito. A pesquisa qualitativa é descritiva e para Mc Millan; Schumacher:

... a pesquisa qualitativa utiliza o método de estudo de caso, isto significa que a análise dos dados se concentra em um fenômeno que o pesquisador escolhe para

compreender em profundidade, independentemente do número de lugares ou dos participantes do estudo. O "um" pode ser, por exemplo, um administrador, um grupo de estudantes, um programa, um processo, uma implementação de uma política, ou um conceito."³ (MC MILLAN; SCHUMACHER, 2001) (Tradução nossa)

A pesquisa qualitativa utiliza, assim, estratégias qualitativas. Dentre as estratégias qualitativas, Mc Millan; Schumacher, (2001) classifica os multi-métodos de coleta de dados, que são: 1.) observação participante - observação "in loco", período prolongado de recolha de dados, verificação das observações de campo, observações relevantes, anotações e registros de campo; 2.) entrevistas em profundidade - selecionar os tipos de entrevistas, determinar o tipo de questões qualitativas, sequência e instrumentos; logística: a duração, a configuração, a identidade das pessoas, atitude do informante, entrevista, registros, transcrições, e elaborações; 3.) recolha de documentos e artefatos (documentos pessoais, documentos oficiais, objetos) e 4.) técnicas complementares - materiais visuais, comunicação não-verbal, inquéritos especializados e grupos focais.

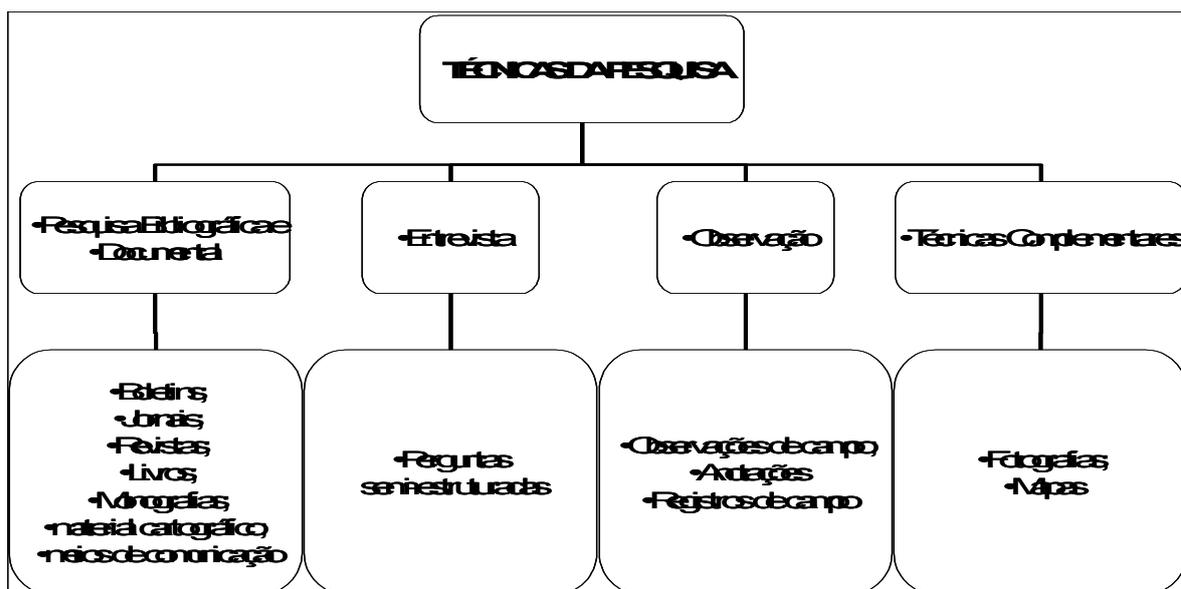
Observação participante é uma combinação de estratégias de recolha de dados, nomeadamente participação limitada, observação do pesquisador no campo, entrevistas e outros artefatos. A participação limitada é necessária para obter a aceitação da presença do pesquisador, a observação do pesquisador no campo é a técnica da observação direta e registro sem interação. As entrevistas podem ser na forma de conversas casuais após um evento, mais formais ou individuais. (idem).

³ Qualitative research uses a case study design meaning that the data analysis focuses on one phenomenon, which the researcher selects to understand in depth regardless of the number of sites or participants for the study. The "one" may be, for example, one administrator, one group of students, one program, one process, one implementation, or one concept.

Entrevistas em profundidade são perguntas abertas para obter respostas dos participantes, a fim de conhecer significados particulares de como elas explicam seu mundo e/ou como os eventos importantes "fazem sentido" em suas vidas. As entrevistas podem ser a principal estratégia de coleta de dados ou uma evidência natural de estratégias de observação. As entrevistas de campo variam em formatos, podem ser aplicações especializadas, conteúdos/questão, pergunta/seqüência e a gravação das entrevistas. (idem).

Normalmente, o pesquisador utiliza várias estratégias para confirmar os dados da pesquisa. Técnicas complementares, como, por exemplo, os materiais visuais que inclui fotografias antigas e atuais, são selecionados para ajudar o autor a interpretar e analisar os dados obtidos complementares as outras técnicas como a observação participante, entrevista em profundidade e os documentos e artefatos. (Idem).

As múltiplas estratégias qualitativas que foram utilizadas para a geração dos dados na presente pesquisa foram: 1. Observação; 2. Entrevistas; 3. Pesquisa documental e bibliográfica e 4. Técnicas complementares, conforme observamos no quadro metodológico abaixo.



Quadro 01 - Fluxograma metodológico
 Fonte: adaptado de Mc Millan; Schumacher, 2001.

A pesquisa documental e bibliográfica

Toda pesquisa implica o levantamento de dados de variadas fontes, quaisquer que sejam os métodos ou técnicas empregados.

O levantamento de dados foi feito de duas maneiras:

1. Pesquisa bibliográfica, esta pesquisa abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, monografias, teses, material cartográfico, até meios de comunicação.

2. Pesquisa documental. A análise documental se constitui numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema.

Na presente pesquisa, foram analisados documentos variados, como documentos históricos, jornais, fotos e inquérito civil.

A entrevista

A entrevista consiste no encontro entre duas pessoas ou um grupo de pessoas, a fim de que se obtenham informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. O tipo de entrevista utilizado foi a não estruturada, onde o entrevistado tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada dentro da temática.

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, a amostragem das entrevistas não tem caráter estatístico/quantitativo, pois as ideias de uma minoria podem se tornar expressivamente mais relevantes do que a aparente “ausência” de ideias ou opiniões da maioria. Por isso, as pesquisas baseadas em amostras estatisticamente representativas têm a tendência a dar uma visão bastante “conformista” da realidade; seus critérios são falsamente igualitários quando postulam que cada indivíduo vale por um só e que cada opinião é equivalente a qualquer outra. Os critérios numéricos podem chegar a fazer desaparecer as minorias. (THIOLENT, 1998). Neste aspecto, é interessante observar que: “Mesmo em pesquisa convencional, os pesquisadores costumam recorrer as ”amostras intencionais”. Trata-se de um pequeno número de pessoas que são escolhidas intencionalmente em função da relevância que elas apresentam em relação a um determinado assunto. [...] São pessoas ou grupos escolhidos em função de sua representatividade social dentro da situação considerada”. (THIOLENT, 1998).

Para Bodgan e Biklen (1994 *apud* GONÇALVES, 2008), “[...] a entrevista é utilizada para recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito,

permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma idéia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspectos do mundo. As entrevistas também podem ser realizadas em pequenos grupos e permitem que o entrevistador seja transportado para o mundo dos entrevistados.”

A entrevista é um instrumento utilizado como uma forma de tentar compreender os anseios e desejos do pesquisador sobre determinado grupo de pessoas. Observa-se que a entrevista numa pesquisa qualitativa requer atenção e respeito em relação ao conteúdo das respostas dadas pelos sujeitos. Assim sendo, foi utilizado o gravador para fazer o registro das entrevistas para posteriormente fazer a análise das mesmas para obter maior precisão.

Além de entrevistas semi-estruturadas, foram utilizadas gravações de reuniões com os pescadores, uma reunião geral, onde estavam envolvidos, além dos pescadores, poder público, a iniciativa privada (representantes da empresa AES Tietê) e a sociedade civil.

A observação

A observação ajuda o pesquisador a identificar e a obter amostras a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento. A observação é feita in loco e consiste num período de recolha de dados, observações de campo autênticas, observações relevantes, anotações e registros de campo.

Na pesquisa em questão, a observação foi utilizada, esta observação é a que se realiza em condições controladas para se responder a propósitos, que foram anteriormente definidos. Parte da observação foi realizada em equipe,

sendo esta observação mais aconselhável, pois o grupo pode observar a ocorrência por vários ângulos.

Técnicas complementares

Outra forma de registro foi o visual, através de fotografias. Foram feitas imagens da situação real e atual da área, que ao longo da análise entrarão para ilustrar o trabalho. Através de imagens busca-se compreender a inserção e a dinâmica das representações dos diferentes modos de vida, relações sociais e construção dos lugares de convivência social.

Sujeitos da pesquisa

Na pesquisa foram realizadas entrevistas com famílias de moradores nos acampamentos de pescadores, conversas com representantes da secretaria de turismo, reunião com um grupo de pescadores e reunião geral onde estavam representantes da empresa AES Tietê, órgãos municipais, um grupo de pescadores e membros da sociedade civil.

A análise dos dados foi feita com base em categorias que resultam de um estudo sobre três tipos de relações, relações de identificação, relações de relações (com outros grupos e com o meio ambiente) e relações de controle ou ordem. Respondendo, assim, aos objetivos propostos e analisando as dimensões da sustentabilidade e Intercultura nas relações com os grupos.

As ideias balizadoras surgiram a partir de pontos mais relevantes em relação ao meio socioambiental em que os grupos de pescadores estão inseridos.

As entrevistas foram transcritas e, a partir das ideias mais significativas, foram mapeadas segundo a similaridade de temas para compor o trabalho. (Modelo da entrevista em anexo)

Entrevistou-se cerca de 30 pessoas, com seu consentimento livre e informado (consentimento em anexo).

Do conjunto de entrevistas realizadas, selecionamos os depoimentos de 10 sujeitos.

Para preservar a identidade das pessoas que concederam as entrevistas, elas foram assim identificadas:

Rancheiro: Um senhor de 74 anos, aposentado, mora em Porto Said há mais de 60 anos. Considerado pelos pescadores um líder comunitário.

Pescador 1: Um senhor de 33 anos, casado, pescador, morador de Porto Said. Exerce significativa liderança no acampamento.

Pescadora 2: Uma senhora de 27 anos, casada com o pescador 1, pescadora, moradora de Porto Said.

Pescadora 3: Uma senhora de 60 anos, casada, pescadora, moradora no acampamento de Porto Said.

Pescador 4: Um senhor de 62 anos, casado com a pescadora 3, pescador, morador no acampamento de Porto Said

Pescadora 5: Uma senhora de 54 anos, separada, pescadora, moradora do acampamento de Porto Said

Pescador 6: Um senhor de 60 anos, casado, pescador, morador do acampamento de Rio Bonito

Pescadora 7: Uma senhora de 57 anos, casada com o pescador 7. Pescadora, moradora do acampamento de Rio Bonito.

Pescador 8: um senhor de 50 anos, casado, pescador, mora em Botucatu e usa o acampamento dos pescadores de Rio Bonito para atividade de pesca

Secretária de turismo: Uma senhora, casada, moradora de Botucatu, representante de Turismo Municipal do município de Botucatu/SP.

Morador/Escritor: Um senhor, casado, escritor, morador de Botucatu/SP.

Moradora: Uma senhora de 95 anos, antiga moradora de Vitoriana/Botucatu/SP. Foi intermediária nas vendas das terras na época da construção da UHE de Barra Bonita.

Numa breve descrição, podemos assinalar que no acampamento⁴ de pescadores próximo à represa, em Porto Said, atualmente, residem cerca de 70 famílias, sendo que muitas dessas famílias estão neste local há mais de 06 anos. Já tiveram seus filhos nas margens da represa, ou seja, já são cidadãos pertencentes ao município de Botucatu. As habitações são feitas com estrutura de madeira e lixa, chamados comumente de “barracos de lixa”.

4 Preferiu-se usar o termo acampamento, pois esta ocupação não é caracterizada como assentamento, trata-se de uma invasão nas margens da represa para desenvolver uma atividade econômica, a pesca.



Foto 02 - Vista parcial do acampamento de Porto Said.
(Foto da autora, 2007)

Na comunidade de Rio Bonito, o “acampamento” difere-se de Porto Said. As habitações também são revestidas de lixa, mas não abrigam famílias permanentes. Na ocasião da pesquisa, somente uma família habitava permanente nesse local. Em geral, são habitações que os pescadores utilizam somente para fins de trabalho, durante o período de pesca e residem em outro local.



Foto 03 - Vista Geral da área do acampamento de pescadores de Rio Bonito
(Foto da autora, 2007)

2. CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICO-AMBIENTAL DE BOTUCATU

O município de Botucatu se localiza na região Centro-sul do Estado de São Paulo, a aproximadamente 225 km da capital São Paulo. Originalmente correspondia a uma região denominada pelos índios que habitavam aquelas terras de Ibytu-Katu, que na língua indígena Tupi significa "Bons Ares". Hoje, a cidade de Botucatu é conhecida como a "Cidade dos Bons Ares e das Boas Escolas" (MENA, 2004)

A ocupação de Botucatu remonta ao século XVI. Nesse período, as terras foram cortadas pelo lendário caminho do Peabiru, uma primitiva via indígena de comunicação, que corta o município de Botucatu. Um caminho muito utilizado por aventureiros que demandam as terras do interior desconhecido. (GARCIA, 1996). Atualmente, este caminho é visto/utilizado como atração turística.

A partir do século XIX que o crescimento do povoado, hoje município de Botucatu, é impulsionado pelas fazendas de café. É justamente o café que leva Botucatu a integrar no processo de expansão econômica da cafeicultura no Estado de São Paulo. (idem). Juntamente com o café surgem as ferrovias e hidrovias para escoamento da produção.

No final da década de 1920, a "quebra da bolsa de Nova Iorque" em 1929, produziu efeitos devastadores nas estruturas econômicas e políticas de muitos países - uma grave crise mundial do capitalismo. No Brasil, a economia agrícola cafeeira não teria mais seu espaço privilegiado, iniciando assim um acelerado

crescimento da urbanização e da industrialização. O estado de São Paulo, embora fragilizado pelas revoluções Getulista de 1930 e Constitucionalista de 1932, destituído do papel político central de outrora, perpetuou sua importância econômica. A capital paulista consolidou a condição de capital industrial, tornando-se o principal centro urbano do país recebendo imigrantes dos quatro cantos do mundo. (FREITAS; ANNUNCIATO, 2008). Juntamente com esta crise mundial, estabelece-se também a crise do café, Botucatu também sofre com isso. O município entra em um período de estagnação econômica.

Somente nas décadas de 1950 e 1960 é que o município retoma seu desenvolvimento econômico, com a chegada de diversas indústrias como: “Neiva” – indústria aeronáutica, CAIO – indústria de ônibus, Duratex – indústria produtora de materiais de revestimento entre outras.

Após a segunda Guerra Mundial, a aceleração industrial foi acompanhada pela difusão do parque industrial da capital São Paulo. A expansão do setor alcança os demais municípios da Região Metropolitana, ABCD, Osasco, Guarulhos e o interior como, Campinas, São José dos Campos, Sorocaba. A demanda por energia aumenta drasticamente e o estado de São Paulo assiste a um período de significativa expansão do setor elétrico com o início das obras de diversas usinas. O potencial hídrico e as condições do relevo paulista possibilitavam a construção de usinas hidrelétricas, uma experiência considerada bem sucedida em outros países, como no caso norte-americano do Rio Tenesse. O represamento do Rio Tietê, no coração do estado de São Paulo, era um dentre muitos dos cogitados. Os estudos tiveram então a iniciativa do engenheiro Catulo Branco e foram concluídos no início da década de 1950, culminando com a

construção da usina hidrelétrica de Barra Bonita entre os anos de 1957 e 1963.
(idem)

Foi na década de 1960 que a CESP – empresa de energia de São Paulo, instala sua usina de Barra Bonita, fato esse que mudou parte do cenário da região de Botucatu, atingindo diretamente as localidades de Porto Martins (hoje totalmente embaixo da água), Rio Bonito e Porto Said no município de Botucatu/SP.

Atualmente, quem detém a concessão dessa Usina Hidrelétrica é a AES Tietê. A AES Tietê (antiga Companhia de Geração de Energia Elétrica Tietê) foi criada em 1999, a partir da cisão parcial da Companhia Energética de São Paulo – CESP, tendo sido adquirida pelo grupo norte-americano AES em 27 de outubro de 1999 em leilão público na Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA. A AES Tietê está autorizada a operar como concessionária de uso do bem público na produção e comercialização de energia elétrica, na condição de Produtor Independente de Energia. Suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. O contrato de concessão da AES Tietê é datado de 20 de dezembro de 1999 e tem prazo de duração de 30 anos⁵.

5. (<http://aestiete.infoinvest.com.br>)

2.1 A formação do lago da UHE de Barra Bonita

O represamento das águas do rio Tietê para a construção da Usina Hidrelétrica Barra Bonita alterou significativamente a paisagem, tanto a natural quanto a cultural. Isso porque muitas famílias tiveram que ser desapropriadas de suas terras para deixar espaço suficiente para a subida das águas.

Em 10 de Junho de 1954, concedia o Governo Federal o aproveitamento da energia hidráulica da região ao Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo (DAEE), através do Decreto nº 35.641. Três anos mais tarde, em 15 de maio de 1957, o então governador de São Paulo, Jânio da Silva Quadros, assinaria o Decreto nº 28.403 que declarava de utilidade pública muitas glebas de terras situadas às margens dos rios Tietê, Piracicaba e afluentes, necessárias à formação do reservatório de regularização de vazões da Usina Hidrelétrica de Barra Bonita, uma área superior a 300 km². (São Paulo, 1957, *apud* FREITAS; ANNUNCIATO, 2008, p. 97)

A partir de Barra Bonita, formava-se o perímetro previsto para a represa, subindo o Rio Tietê pelo seu lado esquerdo até o povoado de Laras (antiga capela de São Sebastião), passando por Igarçu do Tietê, São Manuel, Botucatu, Anhembi, Conchas e Laranjal Paulista, descendo depois pela margem direita, seguindo pela curva de nível até a confluência com o Rio Piracicaba, altura do município de Dois Córregos. Na sequência, a curva de nível seguia pela margem esquerda do Rio Piracicaba até a ponte de Artemis, município de Piracicaba, descendo pela margem direita até novamente a confluência com o Tietê e permanecendo à direita deste até a barragem em Barra Bonita, adentrando terras

do município de Mineiros do Tietê durante o percurso. O eixo da barragem servia também de referência: situava-se transversalmente à Corredeira do Matão, distante cerca de 3.610 metros ao longo do eixo do Rio Tietê, de jusante para montante, a partir da Ponte Campos Salles, que ligava as cidades de Barra Bonita e Igarapu do Tietê. (ibidem, p. 98)

Por via amigável ou judicial, seria empreendida uma grande desapropriação pelo DAEE, obrigando ao êxodo muitas pessoas. As águas avançariam extensões dos municípios de Igarapu do Tietê, São Manuel, Botucatu, Anhembi, Conchas, Laranjal Paulista, Piracicaba, São Pedro, Dois Córregos e Mineiros do Tietê, em mais de duzentas propriedades. O espelho d'água seria localizado a 455 metros de altitude, referindo-se ao Nivelamento Geral do Estado. (idem)

Conforme entrevista com D. Anunciadina, uma antiga moradora de Vitoriana, distrito de Botucatu que fica próximo à represa de Barra Bonita, fora ela quem auxiliara no mapeamento das propriedades da área a ser inundada, e conseqüentemente desapropriadas. Coube a ela intermediar a venda das propriedades junto a Companhia Hidrelétrica. Davam um preço e ela negociava junto aos fazendeiros. Os casos que não eram resolvidos diretamente com a Companhia eram encaminhados à comarca local para resolução⁶.

Assim, todo processo de desapropriação das terras que culminou na formação da represa, constituiu-se num amplo desafio aos problemas socioambientais que surgiram. Desafios estes analisados à luz da compreensão das dinâmicas sócio-econômico-ambientais que hoje se procedem no reservatório

6 Entrevista realizada em 2007

da Usina Hidrelétrica de Barra Bonita. Particularmente, o aparecimento e a evolução das ocupações às margens do Rio Tietê impõe desvelar as relações interculturais que se desencadearam ao longo do tempo, permitindo, ainda, refletir sobre a evolução do uso de suas águas e as culturas ribeirinhas constituídas, o complexo, múltiplo e dinâmico processo de ressignificação do Rio Tietê. (ibidem, p. 114).



Foto 04 - Vista parcial do Lago da Represa em Rio Bonito/ Botucatu/SP
(Foto da autora, 2007)

3. SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS: O GRANDE DESAFIO

A batalha pelo meio ambiente é uma batalha cultural, é uma questão de sensibilidade, de visão de mundo e comportamento. (Juca Ferreira)

3.1 O desafio Ambiental no Contexto Contemporâneo

Os problemas ambientais e sociais se acentuaram no mundo moderno com transformações significativas para a sociedade contemporânea, tanto ao nível cultural, quanto na organização social, onde vivemos um novo padrão de vida marcado pelo consumismo exarcebado, provocando assim alterações drásticas ao planeta.

Voltando à história, no final do século XVI e início do século XVII, Francis Bacon abre o caminho da moderna ciência da natureza, declarando como tarefa máxima o domínio da natureza, ou seja, a cultura através do conhecimento da natureza. Neste período, com René Descartes, configura-se como o fundador do racionalismo moderno. Acreditava na soberania da razão. Sua concepção de mundo é racionalista/mecanicista, sendo a razão capaz de desvendar os segredos e as leis dessa máquina chamada mundo, antecipando seu funcionamento e aproveitando seu conhecimento para o domínio da natureza. (GOERGEN, 2001).

O homem, ao sentir que era possível dominar a natureza, passou a ver-se como superior e com isso coloca-se fora da natureza, implicando assim nessa

dicotomia Natureza x Sociedade, que se estende até hoje. Com esse olhar para nosso passado, percebe-se com isso que são séculos de domínio do homem sobre a natureza.

Se formos investigar mais a fundo, veremos que uma das principais causas da degradação ambiental tem sido identificada no fato de vivermos sob a égide de uma ética antropocêntrica. No sistema de valores formado em consonância com essa ética onde o Homem é o centro de todas as coisas.

Portanto, é com a Revolução Industrial e com o desenvolvimento de novas tecnologias em nossa civilização que tornaram-se hegemônicas as interações sociedade/natureza adequadas às relações de mercado, intensificou-se a exploração dos recursos naturais para atender a um processo de formação de mercado mundial que transforma desde a matéria prima até os mais sofisticados produtos de demanda mundial. Para analisar a questão ambiental, deve-se explicitar o peso que tem as relações de mercado, dos grupos de interesses econômicos cuja base é a produção e o consumo em larga escala. (BRASIL, 1998).

Da perspectiva do consumo de recursos, para Sachs, (2007), o grande problema da população equivale, sobretudo, a um problema de gente rica e, conseqüentemente de países ricos. O impacto ambiental pode ser reduzido agindo-se sobre duas significativas variáveis. Tanto os estilos de vida, os modelos de consumo, quanto as tecnologias do Hemisfério Norte e os enclaves ricos do Hemisfério sul deveriam ser a nossa preocupação primordial. Como uma ampla ação de políticas de controle de natalidade nos países do Terceiro Mundo, com um programa de desenvolvimento social englobando ações como a educação das

mulheres, políticas de saúde pública para a redução da mortalidade infantil entre outras ações que assegurem qualidade de vida a população em geral.

Para atender a esse elevado consumo das sociedades ricas, cada vez mais é necessário explorar os recursos da natureza e, conseqüentemente, essa exploração é responsável pela destruição da mesma. A sociedade determina os valores e os objetivos sociais, cria as instituições e produz os conhecimentos, tradicionais e científicos que serão valorizados para gerar bens que respondam as necessidades e aspirações das pessoas, para identificar os recursos e para inventar as tecnologias de produção e de transformação, bem como os equipamentos necessários. A sociedade fornece também a força de trabalho. É essa mesma sociedade que deve conciliar e se sensibilizar para minimizar a destruição da natureza e harmonizar o meio em que vivem. Para Sachs (2007, p. 221-212), esta harmonização pode ser alcançada por vários meios:

- Economizar energia e matérias-primas desde o estágio de concepção e fabricação de produtos, aperfeiçoando em seguida as técnicas tradicionais que preservam o meio ambiente.

- Encontrar novos procedimentos de utilização dos recursos, adaptados a cada ecossistema, administrando os recursos renováveis e respeitando as condições de sua renovação: uma floresta explorada sem que tenha sido prevista sua regeneração ou seu replantio é apenas uma jazida de madeira, em vez de ser um recurso renovável.

- Reduzir ao máximo a quantidade de “males” recorrendo a tecnologias que produzem poucos dejetos.

- Reciclar e reutilizar os recursos não-renováveis

- Referir-se aos ecossistemas naturais como modelos para os sistemas de produção fabricados pelo homem.

Para obter essa harmonização, a população deve ter clareza do processo de desenvolvimento sustentável proposto e defendido por muitos ambientalistas. Portanto, essa forma de desenvolvimento para conservar o Meio Ambiente confronta com o modelo de desenvolvimento econômico vigente que valoriza o aumento da riqueza em detrimento da conservação dos recursos naturais. Esse processo está longe de chegar a um consenso. (BRASIL, 1998). Esse é o grande desafio da sociedade moderna, criar sociedades sustentáveis, ambientes sociais e culturais onde garanta suprir as necessidades desta geração e das futuras gerações. Conforme o conceito de desenvolvimento sustentável proposto pelo Relatório da Comissão sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável que deve *“atender às necessidades da geração atual sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades”* (RELATÓRIO BRUNDTLAND, 1987).

3.2 Perspectivas de Desenvolvimento Sustentável

Esse atual modelo de desenvolvimento, baseado principalmente no crescimento econômico gera, por um lado, crescimento da riqueza e, por outro, igual crescimento da miséria. As implicações ambientais desse padrão de poder

econômico mundial existente podem ser analisadas também, com base na pegada ecológica de cada país⁷.

A pegada ecológica é um índice de como a forma de vida as pessoas afetam o meio ambiente, expressado mediante a superfície de terras produtivas necessária para satisfazer nossos consumos de recursos naturais durante um ano e para assimilar os resíduos gerados, pelo que se expressa em ha/pessoa/ano.⁸

Verificar este índice, tanto em nível individual, **quanto em nível** coletivo faz com que pensemos num futuro sustentável.

Para Melo (2006), o sentido essencial do conceito de Desenvolvimento Sustentável deve incorporar o relacionamento da dinâmica econômica da sociedade, da política, da ecologia e da educação, em seu sentido mais amplo, de acordo com uma nova ética ambiental.

Para alcançarmos o DS, a proteção do ambiente deve ser entendida como parte integrante do processo de desenvolvimento e não pode ser considerada isoladamente. Para isso, deve-se entender qual a diferença entre *crescimento* e *desenvolvimento*. Mendes (2006) justifica que a diferença é que o *crescimento*

7 Pegada ecológica é uma tradução do Inglês *ecological footprint*. A pegada ecológica, que é uma unidade de área que corresponde ao número necessário de hectares de terra biologicamente produtiva para produzir os alimentos e a madeira que a população consome, a infra-estrutura que utiliza, e para absorver o gás carbônico produzido durante a queima de combustíveis fósseis. Por conseguinte, a pegada ecológica leva em conta o impacto que a população produz sobre o meio ambiente e a elas. (PNUMA, 2002)

África: 1,5 hectare per capita. Ásia e Oceania: 1,8 hectare per capita
America latina, Caribe, Oriente Médio e Ásia Central (incluindo China): 2,85 hectares per capita, que é mais ou menos a média mundial. Europa Central e Oriental: 5,0 hectares per capita. Europa Ocidental: 6,0 hectares per capita. EUA: 12 hectares per capita, o que significa 425% acima da média mundial.

8 Para calcular a pegada ecológica "per capita" de uma zona (país, região,...) se somam as superfícies que se necessitaram para cobrir as necessidades alimentares, energéticas, de matérias-primas e de solo e se divide entre o número de habitantes da área estudada. Consumindo-se mais terra do que a disponível, existe um "déficit ecológico". Isto significaria que nosso consumo estaria baseado no uso de terras produtivas de outros lugares ou que estamos trasladando a contaminação à outras áreas do planeta ou a gerações futuras. (Marcote; Alvares, 2009)

não conduz automaticamente à igualdade nem à justiça social, pois não leva em consideração nenhum outro aspecto da qualidade de vida a não ser o acúmulo de riquezas, que se faz nas mãos apenas de alguns indivíduos da população. O *desenvolvimento*, por sua vez, preocupa-se com a geração de riquezas sim, mas tem o objetivo de distribuí-las, de melhorar a qualidade de vida de toda a população, levando em consideração, portanto, a qualidade ambiental do planeta. Porém, a significação pós-colonial de conceito de desenvolvimento está baseada no ideal de crescimento econômico contínuo. (MENDES, 2006).

Desta forma, Sachs (2007, p. 354) diz que: “o que importa é deixar bem claro que desenvolvimento não pode se confundir com crescimento econômico, que constitui condição necessária, porém não suficiente”

Adicionalmente, há que se pensar num projeto de DS que considere uma mudança cultural global ancorada em sentimentos de cooperação, respeito, paz e solidariedade entre os seres vivos como um todo, ir para além de um DS, devemos pensar numa sustentabilidade com todas as suas dimensões.

3.3 As dimensões da Sustentabilidade

O desafio ambiental continua a nos convidar para a busca de alternativas ao e não de desenvolvimento. A experiência do desenvolvimento dos últimos 30-40 anos nos obriga a isso, e as lutas sociais que travam desde os anos 1960, contra o que se bate a globalização neoliberal, nos oferecem caminhos. (PORTO-GONÇALVES, 2006). Caminhos esses que vêm nos desafiar em nossas formas

de vida e de consumo para conseguirmos ter sociedades sustentáveis, conforme Freitas; Fleuri (2006):

“[...] outro grande desafio dos nossos tempos é construir sociedades que assentando num novo modelo de desenvolvimento, garantam a sustentabilidade dos recursos naturais e da biodiversidade e promovam a construção de relações sociais de respeito, de solidariedade e de economias de maior equidade”.

Entretanto, além de significar os conceitos de crescimento e desenvolvimento, assim como o de desenvolvimento sustentável, que são termos que tem por base o sistema econômico e não se amplia para outras dimensões, como a cultural, social, ecológica, entre outras, amplia-se a discussão sobre a sustentabilidade. A configuração geral da Sustentabilidade e do ecodesenvolvimento pretende abarcar as várias dimensões da esfera, sintetizadas a seguir a partir de um documento do Ministério do Meio Ambiente, (2000) e de Sachs, (1993). Estas dimensões estão sendo amplamente estudadas e divulgadas em muitos meios e são base para políticas de desenvolvimento visando comunidades sustentáveis em sua dimensão mais ampla:

a) Sustentabilidade social: ancorada no princípio da equidade, na distribuição de renda e de bens, no princípio da igualdade de direitos a dignidade humana e no princípio de solidariedade dos laços sociais;

b) Sustentabilidade ecológica: ancorada no princípio da solidariedade com o planeta e suas riquezas e com a biosfera que o envolve, permitindo assim, que a natureza encontre novos equilíbrios através de processos de utilização que obedeçam a seu ciclo temporal;

c) Sustentabilidade econômica: avaliada a partir da sustentabilidade social propiciada pela organização da vida material, permitindo assim uma gestão mais eficiente dos recursos e um fluxo regular de investimento público e privado;

d) Sustentabilidade espacial: norteada pelo alcance de uma equanimidade nas relações inter-regionais e na distribuição populacional entre o rural/urbano e o urbano; evitando assim a concentração de populações de atividades e de poder;

e) Sustentabilidade político-institucional: que representa um pré-requisito para a continuidade de qualquer curso de ação a longo prazo; f) Sustentabilidade cultural: modulada pelo respeito à afirmação do local, do regional e do nacional, no contexto da padronização imposta pela globalização. (MMA -Consórcio CDS/UnB, 2000, SACHS, 1993).

A partir dessas definições, pode-se perceber que tais conceitos de sustentabilidade se referem principalmente às consequências na qualidade de vida e no bem estar das sociedades e não apenas no impacto gerado ao meio ambiente natural.

Dentre esses conceitos mais amplos de sustentabilidade, Montibeller (2004), elabora um quadro síntese dos principais componentes (objetivos e estratégias) das cinco dimensões do desenvolvimento sustentável, baseado nas dimensões de sustentabilidade de Ignacy Sachs.

DIMENSÃO	COMPONENTES	OBJETIVOS
Sustentabilidade social	<ul style="list-style-type: none"> - Criação de postos de trabalhos que permitam a obtenção de renda individual adequada (melhor qualidade de vida: a maior qualificação profissional) - Produção de bens dirigida prioritariamente às necessidades básicas sociais 	Redução das desigualdades sociais
Sustentabilidade econômica	<ul style="list-style-type: none"> - Fluxo permanente de investimentos públicos e privados (esses últimos com especial destaque para o cooperativismo) - Manejo eficiente dos recursos - Absorção, pela empresa, dos 	Aumento da produção e da riqueza social sem dependência externa

	custos ambientais. - Endoginação : contar com suas próprias forças	
Sustentabilidade ecológica	- Produzir respeitando os ciclos ecológicos dos ecossistemas - Prudência no uso de recursos naturais não renováveis - Prioridade à produção de biomassa e à industrialização de insumos renováveis. - Redução da intensidade energética e aumento da conservação de energia. - Tecnologias e processos produtivos de baixo índice de resíduos. - cuidados ambientais	Melhoria na qualidade do meio ambiente e preservação das fontes de recursos energéticos e naturais para as próximas gerações
Sustentabilidade espacial	- Desconcentração espacial (de atividades; de população). - Desconcentração/democratização do poder local e regional. - Relação cidade/campo equilibrada (benefícios centripetos).	Evitar excesso de aglomerações
Sustentabilidade cultural	- Soluções adaptadas a cada ecossistema. - Respeito à formação cultural comunitária	Evitar conflitos culturais com potencial regressivo

Quadro 02 - Dimensões do desenvolvimento sustentável

Fonte: Montibeller, 2004.

Redução das desigualdades sociais, melhoria na qualidade do meio ambiente e preservação das fontes de recursos energéticos e naturais para as próximas gerações, evitar excesso de aglomerações em grandes centros como está acontecendo atualmente, evitar conflitos culturais com potencial regressivo, estes são alguns objetivos da proposta de sustentabilidade que queremos em âmbito planetário, ou seja, se atingirmos essas metas teremos um futuro com mais qualidade de vida.

Ainda no âmbito geral temos que levar em consideração também a educação e principalmente a Educação para o desenvolvimento Sustentável, na

qual estamos vivendo a década da educação ambiental para o desenvolvimento sustentável.

3.4 Educação Ambiental para a Sustentabilidade

Estamos vivendo a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável 2005-2014, proposta pela ONU. Esta proposta possui em sua essência uma ideia simples com implicações complexas, pois, após vivermos durante séculos sem nos preocupar com o esgotamento dos recursos naturais do planeta, temos que aprender, agora, a viver de forma sustentável.

A proposta dá ênfase ao papel central da educação na busca comum pelo desenvolvimento sustentável. Mas o que exatamente é a proposta? É um conjunto de parcerias que reúne uma grande diversidade de interesses e preocupações. É um instrumento de mobilização e advocacia. E é um veículo de responsabilidade pelo qual os governos, organizações internacionais, sociedade civil, o setor privado e comunidades locais ao redor do mundo podem demonstrar seu compromisso prático em aprender a viver sustentavelmente.

O grande desafio é estimular mudanças de atitude e comportamento nas populações, uma vez que as capacidades intelectuais, morais e culturais do homem nos impõem responsabilidades para com outros seres vivos e para com a natureza como um todo, deixando de pensar individualmente para pensar no coletivo.

Para Marcote (2006), a Educação Ambiental para um Desenvolvimento Sustentável - EADS tem como princípios conceituais: Reduzir o uso de recursos,

da produção de resíduos, reutilizar e reciclar; preservar os ecossistemas; promover igualdade social e qualidade de vida; manter o capital natural constante e a capacidade de carga da Natureza; desenvolver uma economia com restrições ecológicas; alcançar objetivos sociais, mantendo as culturas no lugar de objetivos individuais; reduzir os gastos militares investindo em objetivos sociais e para o meio ambiente;

A EADS é entendida, antes de ser uma possibilidade educativa, é uma necessidade social, pois necessita de pessoas comprometidas com os problemas coletivos dos seres humanos em um mundo globalizado

O marco histórico na luta por um mundo com menos desperdício, se deu partir da ECO-92, o debate em torno de um projeto de "desenvolvimento sustentável" passou a fazer parte da busca por uma sociedade mais justa e que consiga administrar um processo de segurança ambiental (SACHS, 1993).

Segundo o autor acima citado, a união entre desenvolvimento e meio ambiente é o único caminho viável tanto para ricos como para pobres, que, apesar de apresentarem-se como "castas" totalmente segregadas, vivem dentro do mesmo limite geográfico (o limite da biosfera) e compartilham as mesmas necessidades quanto à preservação do ar e de todos os outros recursos naturais.(idem).

Pode-se considerar que a sustentabilidade e a Educação para um desenvolvimento sustentável devam ter a atenção voltada não somente para o ambiente natural, mas sim para a sociedade como um todo. Conservando as culturas, mudanças de costumes; responsabilidade nas decisões políticas, enfim temos que deixar de pensar apenas individualmente e sim pensar também

coletivamente.

No âmbito cultural, existe uma relação ligada ao ambiente, pois não podemos preservar um determinado ambiente sem perceber a cultura existente do povo em que nele vive.

3.5 Educação Ambiental e Interculturalidade

Como mecanismo adaptativo e cumulativo, a cultura sofre mudanças. Traços se perdem, outros se adicionam nas mais variadas formas e nas diferentes sociedades. Com o processo de globalização já visto a partir de fins do século XX, esse processo de mudanças nas culturas está mais visível, as culturas tendem a se uniformizar, havendo a imposição de umas sobre as outras. Assim como nas culturas, as questões ambientais e/ou ecológicas estão permeadas por aspectos do mundo da vida que não podem ser resumidos aos padrões de análise e entendimento da modernidade. São questões que emergem, justamente, deste torvelinho provocado pela falência de ideais de mundo que hegemonizaram o pensamento moderno. (BARCELOS, 2008, p. 54)

Neste mesmo sentido, o ambiente exerce um papel fundamental sobre as mudanças culturais, embora não único. Os homens mudam sua maneira de encarar o mundo tanto por transformações ambientais quanto por transformações sociais, assim, não podemos dissociar a cultura do ambiente em que as pessoas estão inseridas. E quando se trata de sustentabilidade, a cultura de um povo está **intrinsecamente** ligada ao ambiente em que vivem.

Percebe-se, assim, que no mundo contemporâneo a natureza não é mais separável de modo claro da cultura. A sociedade intervém de modo mais massivo sobre as bases da realidade natural seja no sentido ecológico, seja no sentido biológico. A natureza externa e mesmo a nossa natureza biológica se tornam objetos de intervenção social, dependem das nossas decisões e das nossas escolhas. (MELUCCI, 2005).

Para Hall (1998), é na cultura que se dá a luta pela significação dos valores tanto de dominação quanto de resistência e libertação. É na cultura que os grupos subordinados tentam resistir à imposição de significados que sustentam os interesses dos grupos dominantes.

Neste sentido, muitas vezes o que é destacado usualmente como cultura se representa como um condutor das desigualdades em nosso meio. Na história da cultura dos povos, verificam-se muitos exemplos em que os colonizadores usaram sua cultura para se constituir em instrumento de exploração, opressão, subordinação e acomodação dos menos favorecidos, impondo a sua cultura hegemônica como a verdadeira e absoluta.

O grande desafio é estimular mudanças de atitude e comportamento nas populações, uma vez que as capacidades intelectuais, morais e culturais do homem nos impõem responsabilidades para com outros seres vivos e para com a natureza como um todo, deixando de pensar individualmente para pensar no coletivo.

Diante desse desafio e complexidade, Fleuri, (2002) afirma que a perspectiva intercultural reconhece e assume a multiplicidade de práticas culturais, que se encontram e se confrontam na interação entre sujeitos. Assim,

os sujeitos sociais e culturais encontram-se, espaço-temporalmente, imersos em perspectivas e valores éticos que orientam ações e relações e possuem condições teórico-práticas para empreender dinâmicas instituidoras de novas relações e novas perspectivas.

A intercultura pretende promover atitudes abertas ao confronto e conduzir os processos de integração entre culturas, promovendo a interação, a troca, na qual a diversidade conta como interlocutor ativo. É o contrário da intercultura, o multiculturalismo, pode ser utilizado como um Neo-racismo que aceita as diferenças sem que exista relação entre diferentes etnias, parecendo ser melhor que cada grupo viva por conta própria, cultivando suas tradições, religiões e línguas, ou seja, formando guetos. (FALTERI, 1998).

Neste contexto de reflexão, no qual não pode-se desconsiderar as culturas para preservação do ambiente, deve-se assim, tornar as ideias e ações sustentáveis, com isso, há a necessidade de mudanças que criem uma nova cultura a cultura da sustentabilidade. Como fazer, então, para promover essa cultura da sustentabilidade frente a um padrão de consumo?

3.6 Cultura da Sustentabilidade

Como vemos, a sociedade atual está passando por um momento crítico, vivenciando desafios de ordem ecológica. Pode-se verificar isso ao analisar a pressão sobre os recursos naturais e a forma como os recursos estão sendo consumidos em relação ao aumento significativo da população existentes. Podemos dizer que se instaurou uma cultura da insustentabilidade, uma cultura

que está em crise. Essa é, para Melo (2006, p. 21-22), “uma das piores crises que pode se estabelecer é a cultural, pois com a cultura de um povo (que é a fonte de sua identidade), fraturada, fica difícil pensarmos em cidadania e soberania de modo a vislumbrar um caminho diferente dos modelos europeu e norte-americano”. Em contraposição a essa crise cultural, observa-se a emergência de uma cultura da sustentabilidade. Para Gadotti:

O grande desafio ambiental do planeta não está no mar ou nas florestas. Está nos centros urbanos: aí está o consumo, o desperdício, o lixo, a poluição. É aí que devemos mudar os padrões de produção e de consumo. Consumir só o que a natureza pode repor, para garantir a satisfação das necessidades das futuras gerações. Para isso devemos fortalecer a consciência social e o exercício da cidadania. A sustentabilidade é o sonho de bem viver; sustentabilidade é equilíbrio dinâmico com o outro e com o meio ambiente, é harmonia entre os diferentes. O primeiro contato com uma cultura da sustentabilidade é estranho, difícil, complexo porque não enxergamos a realidade dessa forma. (Gadotti, 2003)

Uma *Cultura da Sustentabilidade* poderá, então, segundo Freitas, (2006) constituir-se a partir da interação complexa entre aspectos residuais e emergentes que, por diversas formas e em diversos lugares, vão-se opondo aos dominantes. Muitos setores/instituições envolvidas em práticas dominantes (setores da administração do Estado, empresas privadas, etc.) poderão ser influenciadas pelas práticas emergentes e residuais e, embora ao apossar-se delas, transformem-nas, isso poderá acontecer num sentido de avanço da consciência global.

Para promover uma cultura da sustentabilidade, fica evidente que as pessoas deverão repensar seus princípios, seus modos de vida e suas práticas sociais para que contemple o sentido de bem estar de toda a população. Para isso, torna-se essencial considerarmos as estruturas político-ambientais que

interligam o local e o global, alcançando uma amplitude que incorpore aquilo que transcenda o economicismo e supere as propostas de responsabilização de indivíduos, que descaracterizam a responsabilidade das políticas capitalísticas globalizantes, constituintes de culturas capitalísticas. Assim, faz-se necessário reafirmar que devemos pensar numa cultura crítica da sustentabilidade. FIGUEIREDO (2007).

Para que a nossa cultura esteja realmente disposta a se tornar uma cultura da sustentabilidade, as nações deverão se empenhar em uma significativa mudança social. Para compreender as mudanças sociais devemos ter claro a compreensão do problema do desenvolvimento em toda a sua complexidade e diversidade. Segundo Gómez et al. (2007), a própria história da evolução humana é uma história de mudança. A mudança social tem suas implicações, seus processos, ritmos, fatores e agentes, e as condições que a favorecem ou propiciem.

Desta forma, a partir da década de 1950, a prioridade dos países, principalmente os países subdesenvolvidos, era o crescimento econômico como forma de desenvolvimento, com isso gera um desenvolvimento desigual entre os países e entre as populações dos próprios países. Samir Amin (1973 *apud* Gómez et al., 2007) identifica o problema do desenvolvimento desigual como resultado de uma prática socioeconômica e política que determina um processo que gradualmente consolida as distâncias entre as sociedades humanas, e avança com a transição para a economia capitalista periférica através das regressões verificadas nos setores mais tradicionais, provocados pelo modo de produção capitalista.

Já na segunda metade do século XX, o desenvolvimento foi identificado com o impulso cultural associado a modernização tecnológica e industrial. A participação neste processo exigia a transformação das estruturas políticas, econômicas, sociais e culturais das sociedades tradicionais e a substituição pelo modelo das nações industrializadas.(GOMEZ, 2007). Neste processo de modernização tecnológica e industrial, a concepção da humanidade no geral era centrada no ter e no ser, ou seja, ter mais para ser mais.

Assim, o desenvolvimento possibilitou a melhoria de muitas nações, mas em contrapartida, é a causa de profundos desequilíbrios sociais e ambientais que perduram e estão imbricados em nossos modos de vida e nas conseqüências desastrosas dos recursos naturais. Na visão de Sachs (2007, p.305), “a maior dificuldade será persuadir o Sul a desistir de imitar os padrões de consumo do Norte”. Sendo assim, para Corea (1989 *apud* Sachs, 2007, p.305) *“a lógica do debate ambiental enfatiza a necessidade de uma revolução dos estilos de vida nos próprios países desenvolvidos, de modo a oferecer um modelo que possa ser considerado válido em todas as partes do mundo”*. Neste sentido, poderíamos pensar em uma cultura de sustentabilidade para as atuais e futuras gerações.

4. O DISCURSO COMO PRÁTICA SOCIAL NO AMBITO DOS PROCESSOS DE MEDIAÇÃO SOCIO-AMBIENTAL EM PORTO SAID E RIO BONITO.

*A lei de ouro do comportamento é a tolerância mútua, já que nunca pensaremos todos da mesma maneira, já que nunca veremos senão uma parte da verdade e sob ângulos diversos.
(Mahatma Gandhi)*

Tanto o trabalho que ora se apresenta, como a pesquisa mais vasta em que ele se insere integraram o discurso para verificar como se estabelece as relações e sua prática socioambiental. Para tanto, faremos referência à chamada Análise Crítica do Discurso (ACD) – em particular, da Teoria Social do Discurso, de Norman Fairclough – e algumas relevantes contribuições do pensamento de Michel Foucault.

O discurso em si é constitutivo e condiciona uma prática social. Assim, os sujeitos se constituem no próprio discurso. O discurso é uma prática, não só de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significados. (FAIRCLOUGH,2001). O autor na apresentação e desenvolvimento da sua Teoria Social do Discurso afirma que:

O discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes. O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado (p.91).

A natureza constitutiva do discurso, associada aos princípios da interdiscursividade e da intertextualidade é, segundo Fairclough (2001, p. 81) uma das mais importantes contribuições a retirar da análise arqueológica de Foucault, nos contributos que ela pode dar para uma Análise de Discurso Textualmente Orientada. Esta natureza constitutiva do discurso aplicada aos discursos produzidos em contextos de mediação deve ser relacionada com dois dos princípios que Foucault anunciou que iriam presidir na transição de uma abordagem arqueológica para uma análise genealógica do poder: o princípio da especificidade e o princípio da exterioridade.

O princípio da especificidade afirma a impossibilidade de “transformar o discurso em um jogo de significações prévias”, de “imaginar que o mundo nos apresenta uma face legível que teríamos de decifrar apenas”, e defende que o discurso deve ser visto como “uma violência que fazemos às coisas, como uma prática que lhes impomos” (p. 53). O princípio da exterioridade afirma que a análise do próprio discurso, de seu aparecimento e regularidade possibilita passar a análise de “suas condições externas de possibilidade, aquilo que dá lugar à série aleatória desses acontecimentos e fixa suas fronteiras” (p. 53). Mas, “os processos constitutivos do discurso devem ser vistos (...) em termos de uma dialética, na qual o impacto da prática discursiva depende de como ela interage com a realidade pré-constituída”. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 87).

Isto é fundamental para a conceitualização da mediação como prática discursiva, que procura construir soluções inclusivas que rompendo os extremos conflitantes, permitam construir um novo mundo de significado no contexto pré-existente antes de todo o processo de mediação ter início.

A segunda grande contribuição que Fairclough (2001, pp. 81-82) retira da análise arqueológica foucaultiana é a “primazia da interdiscursividade e da intertextualidade”, no sentido que “qualquer prática discursiva é definida por suas relações com outras e recorre a outras de forma complexa”. Já na transição da arqueologia para a genealogia será de realçar o que Foucault (2008) chama de princípio da descontinuidade: todos os discursos devem ser encarados como “práticas descontínuas” (p.52) que “se cruzam por vezes, mas também se ignoram ou se excluem” (p.53). Assim, a interdiscursividade combinada com a descontinuidade são questões fundamentais para a análise dos contextos de mediação como prática discursiva. Efetivamente, o que se pretende com os processos de mediação será cruzar e rearticular discursos que à partida se ignoram ou estão em conflito. Foucault como assinala Fairclough, realça o papel do contexto:

[...] especificamente sobre como o contexto situacional de um enunciado (a situação social na qual ele ocorre) e seu contexto verbal (sua posição em relação a outros enunciados que o precedem e o seguem) determinam a forma que ele toma e o modo pelo qual é interpretado (FAIRCLOUGH, 2001, p. 27).

Da chamada análise genealógica de Foucault, Fairclough retira também algumas **ideias**-chave que trazem, exatamente ao terreno as questões da mudança social e do poder. Assim, Fairclough, (2001, p. 81) diz que cabe o mérito à Foucault assinalar a “natureza discursiva do poder”, em toda a complexidade que isso gera, já que para Foucault, (2008, p. 10), “... o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar, o discurso é o poder a ser tomado”. Essa “natureza política do discurso” faz com

que “a luta pelo poder ocorre tanto no discurso quanto subjacente a ele” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 82).

Foucault assinala, ainda, a “natureza discursiva da mudança social” já que “as regras de formações discursivas definem não os objetos e os conceitos estáticos, mas os campos de suas possíveis transformações” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 83).

Ao mesmo tempo em que aponta as concordâncias, Fairclough estabelece, também, alguns distanciamentos que, em grande parte, podem advir do caráter mais abstrato da análise do discurso foucaultiana, em geral, não inclui a análise discursiva de textos reais” (FAIRCLOUGH, 2001). Entre as várias diferenças que poderiam ser assinaladas realçamos as divergências quanto à questão da ideologia.

Em alguns momentos, como por exemplo, na sua obra *A Arqueologia do Saber*, quando discute a relação entre ciência e saber e ciência e ideologia, Foucault admite a possibilidade de discutir o papel da ideologia: “A ideologia não exclui a cientificidade. Poucos discursos deram tanto lugar à ideologia quanto o discurso clínico ou da economia política” ou “O papel da ideologia não diminui à medida que cresce o rigor e que se dissipa a falsidade” (FOUCAULT, 2004, p. 208). Em outros momentos, porém, Foucault é resistente ao conceito de ideologia e de possibilidades da crítica ideológica (FAIRCLOUGH, 2001).

Também o conceito de hegemonia é, em Foucault um conceito fraco. Por isso, alguns autores acusam Foucault de não dar a devida relevância às lutas das forças sociais entre si e/ou de grupos dominados se oporem a sistemas discursivos e não discursivos dominantes (hegemônicos). Outros consideram que Foucault poderá ter exagerado a extensão em que as pessoas se deixam

manipular pelo poder ou diminuir o peso à contestação de tais práticas. Contudo, “não é que Foucault ignore tais questões”, mas, talvez, aconteça que “na totalidade do seu trabalho e nas suas análises principais, a impressão dominante” seja “a das pessoas desamparadas assujeitadas a sistemas imóveis de poder” (FAIRCLOUGH, 2002, p. 83)

Na sua Teoria Social do Discurso Fairclough (2001, p. 92) distingue entre três funções da linguagem, identitária, relacional e ideacional. Assim: em primeiro lugar “o discurso contribui (...) para a construção do que variavelmente é referido comum ‘identidades sociais’ e ‘posições do sujeito’ para os ‘sujeitos’ sociais e os tipos de ‘eu’, em segundo lugar “o discurso contribui para construir relações entre as pessoas”: em terceiro lugar, “o discurso contribui para a construção de sistemas de conhecimento e crença” (FAIRCLOUGH, 2001).

Esta tripla função do discurso tem larga correspondência com uma categorização de outros autores (FREITAS et al., 2009), (ver quadro 03).

Tipos de Relações	Caracterização sumária
Relações de constituição ou identitárias	Especificam os elementos (individuais, grupos e entidades) que intervém na rede de mediação, suas necessidades e interesses (neste caso, assume particular relevância necessidades e interesses ambientais) e, como tal, suas identidades e seus limites. Especificam, ainda, as entidades fiscais relacionadas com o conflito (neste caso, reservatório e margens) e aspectos identitários com eles relacionados (formas de vida, pesca). A malha das relações constitutivas só se define à medida que o processo de mediação se materializa e está em constante alteração, ou seja, tem caráter emergente (o que constitui uma característica dos sistemas complexos) , sendo influenciadas e influenciando os dois outros níveis relacionais.
Relações de especificações ou relações de relações	Especificam as relações entre elementos (indivíduos, grupos e entidades físicas) que intervém na rede de mediação e suas dinâmicas, nomeadamente, práticas sociais comunicativas (ou seja, comportamentos que ocorrem durante o processo de acoplamento social) e, em especial, práticas lingüísticas/ discursivas (ou seja, comportamentos que um observador pode descrever em termos semânticos).

	<p>Neste caso, destacam-se as práticas comunicativas produzidas a propósito da realidade ambiental envolvente, das necessidades e interesses com ela relacionados e da opinião sobre os outros, seus interesses e necessidades, tanto em termos racionais, como emotivos. A malha das relações de especificação ou relações de relações é emergente (define-seno decorrer do processo de mediação (como acontece nos sistemas complexos), já que materializam por influencia das relações de constituição e de ordem/control, mas também influenciam a materialização dessas relações.</p>
<p>Relações de ordem ou controle</p>	<p>Especificam discursos, com pretensão de verdade e intenção reguladora sobre as relações de constituição/identidade e as relações de especificação (ou relações das relações). Especificam, ainda, condições de exercício de poder. Neste caso, destaca-se o que respeita ao conhecimento científico-tecnológico e legislação relativa ao ambiente e sobre a pesca, legislação sobre ocupação de terras, princípios valorativos sobre diversos modos de vida (nomeadamente, viver em casas feitas de lixa, evidenciar algum grau de nomadismo, etc.), etc. incidem, ainda, sobre questões de poder (judicial, da empresa que gera a barragem, dos órgãos de poder local, de associações profissionais e do poder negociado/experimentado entre pessoas, etc.). a malha das relações de ordem/control tem, também, caráter emergente (só define, completamente, à medida que o processo de mediação se materializa). Embora tenham uma função de controle e ordem que, muitas vezes, garante a sua aparente supremacia, tal idéia é ilusória, já que a sua materialização depende sempre da influência exercida pelos outros níveis relacionais.</p>

Quadro 03 – Tipos de relações para análise do processo de mediação como processo complexo.
Fonte: FREITAS et all (2008).

Esta categorização foi balizadora na análise dos dados coletados para a composição dos resultados desta pesquisa.

5. ANÁLISE DOS DISCURSOS COLETADOS NAS DINÂMICAS INTERCULTURAIS EM PORTO SAID E RIO BONITO

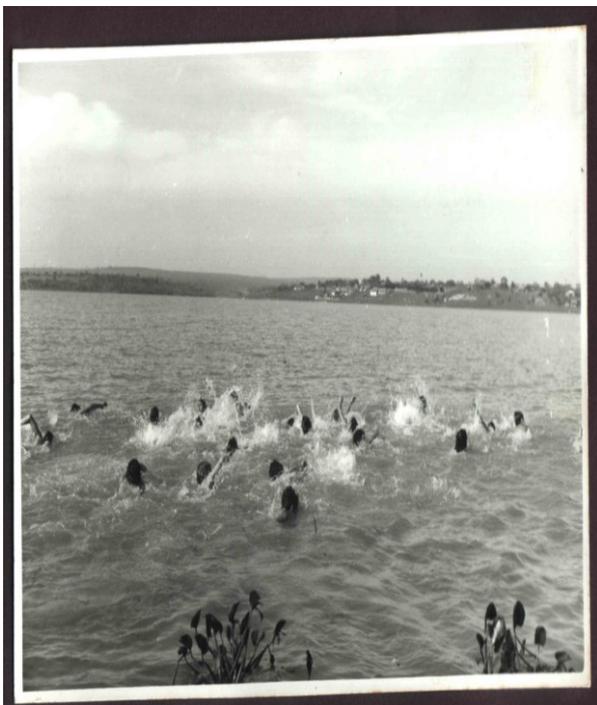


Foto 05 – Campeonato de natação no Rio Tiete em 1975.

(Foto: acervo Centro Cultural de Botucatu)

Eu estou com 72 anos de idade. Conheço essa região há mais de 60 anos. Aqui, naquele tempo, não era represa. Era o rio Tietê. A gente ia pescar peixe. Em todos os cantos havia peixe à vontade, de todo tipo. Sempre foi um lazer. Tinha um setor aqui que a turma chamava de balão. Era o lugar mais fundo do rio. Tinha uma ponte metálica que atravessava o rio. Atualmente, essa ponte está no meio da represa. (Rancheiro/morador de Porto Said)

Depois do evento da represa, continuou sendo uma área de lazer. Começou Rio Bonito, Mina, Porto Said. Sempre foi área de lazer! E depois veio o evento da tilápia. A tilápia começou a produzir demais, então ela tem que ser tirada do rio. No começo só tinha aventureiro, que só aprontava. Agora ficou uma turma efetiva, uma turma que convive com a gente. Nós precisamos crescer junto! Não adianta ficar pescador de um lado e morador de outro. Não adianta! Nós temos que crescer juntos! (Rancheiro/morador de Porto Said)



Foto 06 – Campeonato de Pesca em 2007, às margens da Represa.
(Foto da autora)

5.1 Relações de Identificação

Esta pesquisa teve como objetivo analisar através dos discursos como os pescadores moradores dos acampamentos e outros moradores da área entendem os principais problemas do entorno da represa e como eles gostariam que esse lugar se configurasse no futuro.

Nas relações identitárias destes moradores, especificam-se: os elementos, (indivíduos, grupos) que intervêm nas suas necessidades e interesses ambientais; as entidades físicas relacionadas com o conflito (neste caso a represa e as margens) e os aspectos identitários com eles relacionados (formas de vida, a pesca).

Na comunidade identificamos um morador externo aos acampamentos, um rancheiro⁹, antigo morador da região, que é designado informalmente pelos pescadores como um “líder comunitário”. A relação dele com esse local é bastante expressiva. Vivenciou as mudanças provocadas pela construção da represa e pela ocupação dos pescadores. Na fala dele, percebe-se que existe uma relação de compromisso, um processo significativo de identificação com esse grupo de pescadores.

“Nós precisamos crescer junto!” – afirma o Rancheiro. “Não adianta ficar pescador de um lado e morador de outro. Não adianta! Nós temos que crescer juntos!” Com a instalação dos pescadores na área, se constituiu um grupo diferente que, mesmo sendo exógeno, não quer viver isolado. E reivindica seus direitos para pertencer à comunidade, reconstituindo em novas dimensões a sua

⁹ O termo rancheiro é designado aos proprietários de imóveis de veraneio as margens da represa.

identidade sociocultural. Pretende desenvolver a organização de uma coletividade para solucionar o conflito que se instaurou com o processo de ocupação deste lugar.

Para Castells (2000), toda e qualquer identidade é construída. Essa construção social sempre ocorre em um contexto marcado por relações de poder e propõe uma distinção entre três formas e origens de construção de identidades: Identidade legitimadora; Identidade de resistência (tipo mais importante de construção de identidade em nossa sociedade) e Identidade de projeto, que, para nós, é a nova identidade a ser conquistada. Cada tipo de processo de construção de identidade leva a um resultado distinto no que tange à constituição da sociedade.

O grupo de pescadores, ao ocupar esse lugar para explorar a pesca, buscam formas de se manter nesse espaço, desenvolve uma identidade de resistência. Ao interagir com outros grupos locais, com interesses diferentes, se vê na necessidade de construir um projeto de convivência mais amplo, capaz de superar os conflitos. Os preconceitos mútuos, que emergiram nos primeiros contatos, só podem ser superados na medida em que se desenvolvem o reconhecimento recíproco e a cooperação em torno de objetivos comuns.

5.1.1 Identidade sociocultural dos pescadores

É quase dez anos que a gente mora aqui! Eu moro aqui faz seis anos! Mas conheço gente que já mora há mais de oito anos! (...) Nós não somos favelados! Nós somos pescadores. Aqui é um acampamento de pescador. Todo mundo aqui trabalha. (Depoimento de Pescadora 2 moradora do acampamento de Porto Said)

O processo de identificação deste grupo de pescadores veio se constituindo na medida em que passaram a viver em um lugar comum, as margens da represa, e vem compartilhando os mesmos interesses em torno da pesca, como atividade produtiva.

Para verificar como essas pessoas se instalaram neste local, além das entrevistas, tivemos a oportunidade de analisar um Inquérito civil instaurado em 2006, feito a pedido dos órgãos municipais. Neste documento, afirma-se que as ocupações foram realizadas por populações de migrantes procedentes de várias regiões do Estado, principalmente da grande São Paulo. Estas pessoas já exploravam o pescado em outras represas, como a Billings e a Guarapiranga. Não se tratava, portanto, de comunidades locais que fazem da pesca seu principal meio de vida. Pelo contrário, afirma o documento, a presença desta nova população está alterando o ambiente existente, em decorrência da ocupação desordenada em locais vedados à edificação. (Botucatu, 2006).

Estes imigrantes não provêm somente do Estado de São Paulo, conforme menciona o Inquérito Civil supracitado. Trata-se de pessoas originárias de outras regiões do Brasil, principalmente do Nordeste, conforme um levantamento feito nas duas áreas do acampamento. Atualmente, encontramos a seguinte configuração dos moradores, segundo suas regiões de origem.

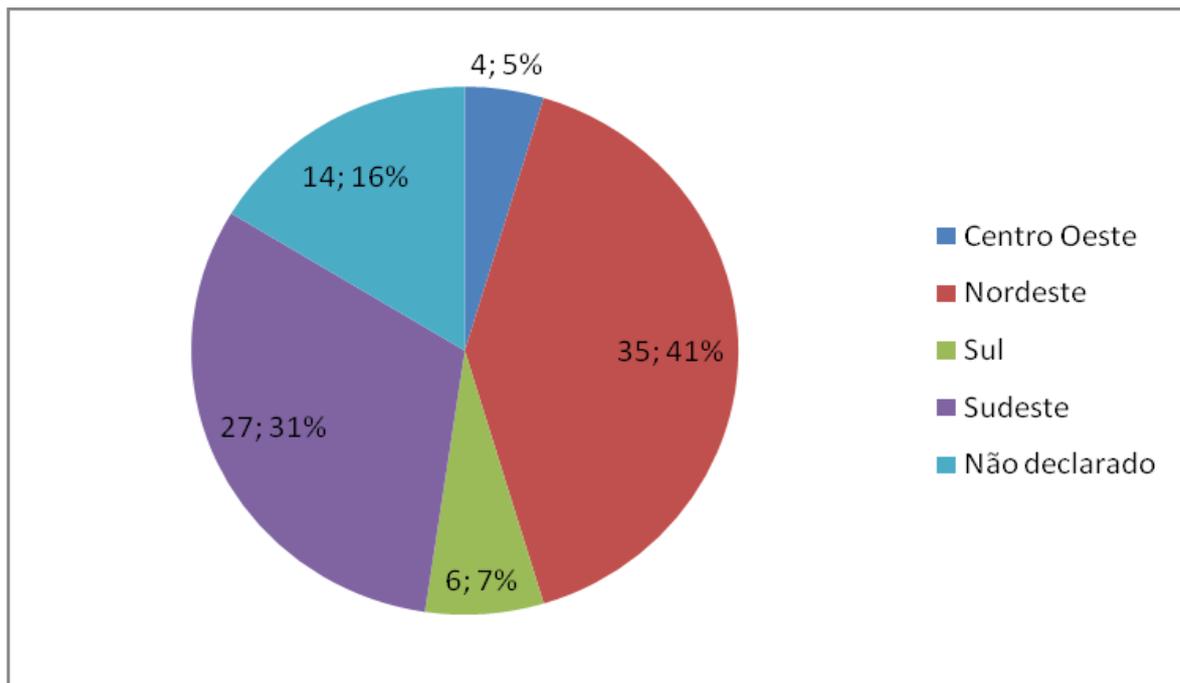


Gráfico 01 - Origem dos moradores dos acampamentos de Porto Said e Rio Bonito segundo as regiões do Brasil
(Fonte: dados relatório de 2008)

As duas comunidades se configuram de forma distinta. No acampamento de Porto Said residem cerca de 70 famílias, com cerca de 100 pessoas. Enquanto que no acampamento de Rio Bonito residem cerca de 15 famílias, sendo que destas a maioria utiliza os barracos somente para a atividade de pesca e reside em outro local.

Estas comunidades de pescadores recém-instaladas, oriundas de diversas regiões do Brasil, compõem um novo grupo identitário. Neste contexto, a categoria de identidade sociocultural é fundamental para entender quem pertence ao grupo e quem não pertence, quem é aceito e quem não é.

A identidade permite que o indivíduo se localize em um sistema social. A identidade social é ao mesmo tempo inclusão e exclusão. O grupo se identifica na medida em que seus membros se consideram ligados por interesses comuns. E

se distingue dos outros grupos, na medida em que seus integrantes identificam seus interesses como diferentes dos de outros grupos. (CUCHE, 1999).

Ainda, segundo Cucho (1999), numa abordagem culturalista, a ênfase da identidade está na herança cultural e se encontra ligada à socialização do indivíduo no interior do seu grupo cultural. Nesta abordagem, considera-se que o indivíduo seja levado a interiorizar os modelos culturais que lhe são impostos. Deste modo ao se identificar com seu grupo, constitui uma Identidade sociocultural, caracterizada pelo conjunto de suas vinculações em um sistema social.

Apesar de se configurar um grupo social relativamente homogêneo, cada sujeito atribui sentidos diferentes a sua prática. Pois, para Cucho, (1999), a identidade se constrói e se reconstrói constantemente no interior das trocas sociais. Não há identidade em si, nem mesmo para si. A identidade existe sempre em relação. Ou seja, identidade e alteridade são ligadas e estão em relação dialética. A identificação acompanha a diferenciação. “Pois, ao mesmo tempo em que um sujeito observa, também é observado pelo outro, influenciando e sendo influenciado em seus processos afetivos, intelectuais, decisórios, de ação, de interação, de comunicação.” (FLEURI, 2008, p.104).

Os moradores dos acampamentos, vistos e identificados como um grupo, se auto-identificam e se diferenciam de modo claro. Em seus discursos, eles se identificam como pescadores e trabalhadores. “*Nós somos pescadores. Aqui é um acampamento de pescador. Todo mundo aqui trabalha.*” Mas frente ao olhar dos outros que os identificam como “favelados”, eles reagem: “*Nós não somos favelados! Nós somos pescadores!*”.

A compreensão da identidade como fonte de significados e experiências de um povo, traduz-se numa identidade cultural que é vista, segundo Cuche, (1999), como uma propriedade essencial inerente ao grupo. Tal identidade é transmitida e elaborada pelo próprio grupo no seu interior, como respostas constantemente reelaboradas as interpelações de outros grupos. Neste sentido, a identidade como construção social, se faz no interior de contextos sociais que determinam a posição dos agentes e de sua interrelação, orientando, por isso mesmo, suas representações e suas escolhas coletivas.

Para Melucci (2001) a identidade coletiva é algo interativo e compartilhado dentro de um processo onde ela será sempre construída e negociada nas relações entre os sujeitos de uma coletividade. Esta fluidez do processo de construção da identidade coletiva configura também a sua multiplicidade de dimensões e de contextos. Nesta perspectiva, Fleuri (2008) aponta para o reconhecimento da multiplicidade de contextos (subjetivos, interpessoais, sociais, culturais, econômicos, políticos e ecológicos) desenvolvidos pela interação de diferentes sujeitos nas relações sociais e nos processos educativos. Torna-se necessário perceber tais contextos e processos identitários segundo uma lógica capaz de compreender a relação da unidade do conjunto com a diversidade de elementos que o constituem.

5.2 Relação de relações

As relações entre elementos (indivíduos, grupos e entidades físicas) e também com o meio ambiente, intervêm na rede de mediação e suas dinâmicas,

ditas como, práticas sociais comunicativas. Na pesquisa em questão, destacam-se as práticas comunicativas produzidas a propósito da realidade ambiental envolvente, das necessidades e interesses com ela relacionados e da opinião sobre os outros, seus interesses e necessidades, tanto em termos racionais, como emotivos.

5.2.1 Relação dos pescadores com os outros grupos

O policial disse para mim que conhece aqui como favela, que só tem gente que não presta. Eu falei, não! Tem gente que não presta no meio, sempre tem, todo lugar tem! ...assim, uns falam que o pescador é perigoso. Ele é discriminado, por exemplo, quando vai fazer um crediário numa loja. Quando fala que é pescador, os outros olham de um jeito desconfiado. Para as pessoas da sociedade, pescador não presta. Para eles pescador deveria ficar fora da sociedade. Tudo o que acontece de ruim pela redondeza, como o roubo, é culpa dos pescadores. Em alguns casos, são pescadores. Mas nem sempre. Aqui, assim como em todos os lugares, tem gente ruim e tem gente boa. (Depoimento de Pescadora 2 moradora de Porto Said)

Com a instalação da represa Barra Bonita e a criação de espécies de peixes exóticas, neste caso, tilápia do Nilo, configura-se, na área de Porto Said e Rio Bonito, uma nova forma de atividade pesqueira, a do pescador profissional que vive de seu trabalho. Isto se contrapõe à prática tradicional da pescaria como lazer, instaurando-se um conflito sociocultural. Nesta interrelação, os pescadores moradores dos acampamentos vêm sendo culturalmente estigmatizados. “*falam que o pescador é perigoso*”. “O estigma¹⁰ é um processo que categoriza as

10 O termo “estigma” já era usado na Grécia Antiga para designar sinais corporais que desqualificavam o cidadão marcado com tal sinal. Na Grécia antiga, escravos, criminosos e traidores traziam marcas nos corpos como forma de serem discriminados em locais públicos. Para os primeiros cristãos, a palavra estigma representava distúrbios físicos ou sinais metafóricos de graças divinas. Nos dias atuais o estigma surge para categorizar as pessoas segundo normas

peças segundo normas dentro de conceitos de normalidades e aceitação padrão. O estigma social surge nas relações de afirmação de identidade entre os indivíduos de uma sociedade e funciona como um dispositivo de exclusão. *“Para as pessoas da sociedade, pescador não presta. Para elas, pescador deveria ficar fora da sociedade”.*

O estigma e o estereótipo são constituídos a partir do olhar dos outros. A partir de algumas características particulares vão generalizando, atribuindo essas características a todo o conjunto, no sentido de expressar que todos os moradores do acampamento são bandidos ao olhar dos outros grupos. Frente ao olhar estereotipado, a pescadora reconhece a complexidade e heterogeneidade de seu grupo, *“tudo o que acontece de ruim pela redondeza, como o roubo, é culpa dos pescadores. Em alguns casos, são pescadores. Mas nem sempre. Aqui, assim como em todos os lugares, tem gente ruim e tem gente boa.”.* Mas contesta a identificação do grupo todo por características de membros particulares. *“Mas é cheio de família. Ninguém está aqui para roubar. Ninguém está roubando. Nós estamos aqui trabalhando. A gente quer o melhor para nossa família. Você não quer o melhor para sua família? Todo mundo quer!”* Neste sentido:

Pode-se entender que o processo de identificação pessoal e cultural é construído como uma cadeia circular de informações (codificações de diferenças). Numa

dentro de conceitos de normalidades e aceitação padrão. O estigma social também surge nas relações de afirmação de identidade e nível social entre os indivíduos de uma sociedade. Na formação de identidade que uma pessoa expressa, inicia de maneira virtual, quando não conhecemos a pessoa e a identificamos como esperamos e, depois se completa de forma real, quando conhecemos os atributos que a pessoa possui. O estigma social resulta da relação de atributos e identidades que uma pessoa possui e os estereótipos sociais cobrados e interpretados no meio em que ela vive. Fernando Rebouças In: <http://www.infoescola.com/sociologia/estigma-e-identidade-social/> acesso em 31/10/2009.

Para aprofundar o conceito de estigma ver: Goffman Erving. **Estigma**: Notas sobre a manipulação da Identidade Deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

primeira instância, o sujeito se auto-identifica pelo que sente, pensa, deseja, decide e age. Mas tal iniciativa subjetiva se configura, em uma segunda instância, como hetero-identificação, pelo modo como o outro interpreta (sente, pensa, deseja, decide e age em relação a) a manifestação do primeiro. E, em terceira instância, de identificação reflexiva, consolida-se pela reação do sujeito à interpretação do outro. Tal reação, interpretada pelo outro, realimenta a reação do sujeito, constituindo um processo interativo dinâmico de constituição do sujeito e de sua identificação. (FLEURI, 2008, p. 113)

A ideia da inter-relação complexa da auto-identificação, hetero-identificação e auto-identificação reflexiva é expressada no discurso deles ao especificar o que e como nós somos, aparece a auto-identificação (*nós somos pescadores*). A hetero-identificação aparece quando ela expressa o que o outro disse para ela (*o policial disse que conhece aqui como favela que só tem gente que não presta*). A auto-identificação reflexiva, onde aparece uma reflexão do que eles são (*trabalhadores/pescadores*) e como os outros os vêem (*favela/bandido*).

Por outro lado, os antigos moradores e outras instituições envolvidas desenvolvem um processo de interpretação que se contrapõe e se compõe com a ação e visão dos novos pescadores. Para a representante de turismo municipal, o ambiente ficou completamente desordenado. “Era um lugar de lazer para as famílias. Hoje socialmente está nota zero. Tem morte, prostituição. Tem muita coisa que foge ao nosso controle”.

Visto do ponto de vista do outro, protagonista da atividade, desenvolve-se um processo de subjetivação com estrutura semelhante (ação do primeiro, interpretação do segundo e reação do primeiro sujeito / ação do segundo, interpretação do primeiro e reação do segundo sujeito), mas constituindo significados singulares e paralelos de subjetivação, conectados entre si. (ibidem, p. 113)

Da relação que vem se estabelecendo entre os pescadores e os moradores vão se configurando um campo de conflitos que tornam necessárias mediações que promovam a convivência sustentável entre esses diferentes grupos.

A intersecção entre dois ou mais processos de subjetivação e identificação, assim como o encadeamento recursivo destes encontros pode dar origem a práticas, contextos interativos estruturados que conferem significados a cada ato ou expressão dos sujeitos em relação (ibidem, p. 113)

5.2.2 Relações com o ambiente

A maior poluição que vem aqui é de São Paulo. Começa lá em Mogi Mirim. Vem de lá. Pega a poluição das fábricas de celulose. Pega a poluição todinha da cidade de São Paulo. Falta oxigênio. Morre muitos peixes pela falta de oxigênio. A poluição acaba com o oxigênio. Vai acumulando aquela sujeira no fundo. (Depoimento de Pescador 4, morador do acampamento de Porto Said)

Sabemos que os problemas ambientais são de natureza complexa. Não podem ser analisados sob um único ponto de vista. Muitas vezes são reflexos de atitudes e origem num tempo e espaço longe de onde aparecem suas manifestações visíveis. A relação das pessoas com o ambiente se percebe no sentido de como eles se posicionam ao ambiente, aos recursos naturais e a ocupação do espaço.

Podemos observar que os moradores do acampamento de Porto Said tem certo conhecimento a respeito da poluição. A poluição tem origem em outro lugar distante do acampamento. *“a maior poluição que vem aqui é de São Paulo. Começa lá em Mogi Mirim. Vem de lá. Pega a poluição das fábricas de celulose. Pega a poluição todinha da cidade de São Paulo.”* As manifestações visíveis encontram-se ali, afetando não só a aparência do local, mas também a morte dos peixes que é o meio de sobrevivência deles. *“Falta oxigênio. Morre muitos peixes pela falta de oxigênio. A poluição acaba com o oxigênio”*. Por esta razão que

muitas vezes, erroneamente, essa comunidade é menosprezada e considerada como sendo responsável pela poluição da represa.

A sustentabilidade ecológica por estar ancorada no princípio da solidariedade com o planeta e suas riquezas e com a biosfera que o envolve, permite que a natureza encontre novos equilíbrios através de processos de utilização que obedeçam a seu ciclo temporal. Neste caso, permite que façamos uma análise quanto a utilização deste espaço para morar e retirar os recursos para sobrevivência e ainda ter uma sensibilização para manter este espaço com qualidade de vida para as gerações vindouras, ou seja o princípio do desenvolvimento sustentável.

O lixo como problema ambiental

Quanto ao lixo. No início vinham tirar, mas hoje, não vem mais. Hoje o lixo é queimado. As crianças brincam no lixo. Às vezes fazem campanha pra limpar. Teve uma campanha que os moradores se mobilizaram. Juntaram tudo, mas a prefeitura não veio pegar. Teve que ser queimado. É um descaso total com os pescadores. (Depoimento de pescadora 2 moradora do acampamento de Porto Said)

O problema do lixo é o mais grave. Quando queima o lixo, é pior ainda. A fumaça preta que sai das garrafas que vem pelo rio é triste. Polui demais. As pessoas não juntam o lixo, pois não tem lugar pra depositar. O lixo se espalha e fica pior ainda. (Depoimento de pescador 1 morador do acampamento de Porto Said)

Quanto ao lixo eles juntam e levam de barco lá pro outro lado da represa. O caminhão de lixo não vem até aqui. Põem fogo no lixo. Jogam na beira da represa. (Depoimento de pescador 7 moradora do acampamento de Rio Bonito)

Vemos, a partir dos depoimentos de moradores nos dois acampamentos, que eles consideram o lixo como um dos maiores problemas ambientais. O problema do lixo se configura como tendência mundial e é uma consequência de um estilo de vida das pessoas baseada no consumo desenfreado de produtos sem criar uma forma de ajudar de reduzir o material descartado, reivindicando sempre uma solução por parte do poder público. Soluções simples são apresentadas diariamente de diferentes formas, através de atividades escolares, reportagens nos meios de comunicação dos mais diversos tipos.

Entretanto, criar um sistema de lixo eficaz não é só a prefeitura assumir toda a responsabilidade de coleta, mas sim incorporar na vida cotidiana a filosofia dos 3 Rs –Reduzir, Reutilizar e Reciclar os materiais. Introduzir ações simples como estas, podem contribuir para constituir um melhor lugar para viver, mais saudável e sustentável.

Para quem produz o lixo, uma forma eficaz é a prefeitura ser responsável pela coleta e destino do mesmo. Mas vejamos a contradição estabelecida nesta área. Como os acampamentos estão em localizados em área de preservação, o poder público não pode fornecer serviços básicos como a coleta de lixo, ficando os moradores sem os serviços básicos necessário para uma melhor qualidade de vida. Há a denúncia do descaso por parte da prefeitura nesta parte da população. Como vimos no depoimento da pescadora 2:

Teve uma campanha que os moradores se mobilizaram Juntaram tudo, mas a prefeitura não veio pegar. Teve que ser queimado. É um descaso total com os pescadores. (depoimento da pescadora 2, moradora de Porto Said)

Na foto abaixo, podemos observar o acúmulo de lixo as margens da represa e próximo ao acampamento. Assim como o lixo que é depositado há

também esgoto a céu aberto, pois nesta área não tem mais espaço pra fazer fossas. Os moradores estão jogando o esgoto direto na represa. (Ver foto 07)



Foto 07 – Acúmulo de lixo depositado as margens da represa e também o esgoto a céu aberto. (Foto da autora, 2007)

Outra forma de relação com o meio ambiente se dá na perspectiva de aplicar métodos para um desenvolvimento sustentável local. Métodos esses, que na opinião expressada por uma moradora do acampamento de Porto Said, nada fazem a respeito de desenvolvimento sustentável, atribuindo novamente a responsabilidade ao poder público.

Nós não fazemos nada a respeito de desenvolvimento sustentável, mas é obrigação do governo, da CESP jogar os alevinos na represa. (Depoimento de Pescadora 3 moradora de Porto Said)

A gente explorar os recursos do rio sem comprometer o ambiente? Nesta questão, reproduzida por uma moradora do acampamento de Porto Said, segue uma reflexão acerca do desenvolvimento sustentável, para ela, uma solução para explorar os recursos naturais sem comprometer o ambiente seria possível com a

construção de tanques de barbante ou tanques-rede¹¹, para criação de peixes. Com este método, não seria necessário retirar os peixes da represa. com esse método ampliaria os ganhos e melhoraria a questão financeira das famílias que retiram da represa o seu sustento.

Aí sim daria para ganhar dinheiro. Quanto mais tanques tiverem, mais dinheiro a gente ganha. (Depoimento de Pescadora 3 moradora do acampamento de Porto Said).

A fim de dar respostas à população, políticas baseadas no desenvolvimento sustentável e na sustentabilidade estão sendo implementadas para legitimar discursos e projetos nos mais diversos cenários políticos existentes. É preciso ter claro que o desenvolvimento sustentável é um conceito em plena e constante construção e que a operacionalização deve estar adaptada as dimensões de escala, tanto global quanto local e em âmbito social, econômico, político e ambiental.

11 O cultivo em tanques-rede é um sistema de produção intensivo. Os peixes são confinados em altas densidades, dentro de uma estrutura onde os animais recebem ração balanceada, e que permita uma grande troca de água com o ambiente. (Nogueira, 2007)

5.3 Relações de ordem ou controle

Era um lugar de lazer para as famílias. Hoje socialmente está nota zero. Tem morte, prostituição. Tem muita coisa que foge ao nosso controle. Não temos mais contrato com a orla para o turismo. Enquanto estiver assim não há o menor interesse em desenvolver nada para o turismo. (Secretária de Turismo)

As relações de controle ou de ordem explicitam os discursos como pretensão da verdade e intenção de regular outras relações, como as relações de identidade e as relações de relações (com outros grupos ou com o meio ambiente).

No caso específico das áreas dos acampamentos de Porto Said e Rio Bonito, onde os pescadores estão instalados, pode-se destacar a existência de variados discursos de controle e ordem, podemos considerar: a) discurso legal (leis da pesca, de ocupação de terras,); b) o discurso científico; c) o discurso das autoridades locais, poder municipal, oficial ou oficioso; d) o discursos moral, dos “bons costumes”. Outros discursos podem ser considerados em relação ao exercício de poder, no que diz respeito legislação sobre a ocupação das terras (área de APP), a legislação relativa ao ambiente e a pesca, e também no que diz respeito à questão de poder judicial (da empresa que gera os recursos da represa, do poder público estadual e municipal).

5.3.1 Ocupação da represa e seu entorno

Morar na beira da represa não é fácil. Precisa de luz, água e esgoto Nós ficamos aqui sem o povo querer. Para o prefeito não era para nós estarmos aqui. (Depoimento de Dé morador de Rio Bonito)

Numa pergunta direcionada a uma morada a respeito do acampamento estar localizado em área é de preservação ambiental e se os pescadores estão cientes disso, obtivemos a resposta positiva:

Uma parte é de preservação ambiental a outra é área particular, duas irmãs são donas de 5.000 metros, teve uma época que estava a venda, pois elas estão com 25 anos de impostos atrasados. (Depoimento de Pescadora 3, moradora de porto Said)

A maneira desordenada que vem ocorrendo com a ocupação das terras no Brasil, sem prévios estudos de impacto sobre o meio ambiente, faz com que nos deparamos com ocupações irregulares como a instalação dessas moradias nas margens da represa. Essas ocupações implicam em ir contra a legislação sobre a ocupação da terra em Áreas de Preservação Permanentes (APP) – definidas nos termos dos artigos 2º e 3º do Código Florestal, como aquelas cobertas ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos naturais, proteger o solo e assegurar o bem estar das populações humanas. E também a resolução CONAMA n. 302, de 20 de março de 2002, no Art. 2º definição II - Área de Preservação Permanente: a área marginal ao redor do reservatório artificial e suas ilhas, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem estar das populações humanas.

No que diz respeito às ocupações dos pescadores em área de APP, podemos avaliar o Ofício expedido pelo Departamento Estadual de Proteção aos Recursos Naturais- DEPRN, que foi constituído em 2002, a pedido da Prefeitura Municipal de Botucatu, que na época deparou-se com a ocupação das Áreas de

Preservação Permanente – APP as margens do Rio Tietê, assim a Prefeitura solicitou a Promotoria Pública do Estado de São Paulo para que fossem tomadas as devidas providências.

A Promotoria Pública instaurou inquérito civil para esclarecer os fatos. O Ofício foi expedido ao - DEPRN, para que fosse feita a vistoria da área e relatar as práticas de desrespeito ao meio ambiente, se assim se ponderar. Juntamente com esse órgão, a Polícia Ambiental também foi acionada. Constatado a ocupação dessas áreas, a AES Tietê e Prefeitura Municipal de Botucatu foram convocadas dar esclarecimentos e providenciar a desocupação da área.

A Polícia Militar Ambiental constatou a existência da ocupação da área pelos pescadores as margens da represa e informou a Promotoria Pública, que mesmo os pescadores tendo a licença para pescar, práticas não permitidas vinham sendo utilizadas, como por exemplo a pesca de soquete¹². Esse foi um dos motivos de várias autuações e apreensões de barcos dos pescadores, relatadas no referido documento.

O relatório feito pelo DEPRN foi enfático ao esclarecer que o problema é bastante complexo, informando que muitas áreas ao longo da represa estavam sendo ocupadas e a grande maioria dessas áreas são APPs do reservatório, ou seja, 100 metros de extensão a partir da margem do reservatório¹³.

12 A pesca de batida é uma técnica utilizada para capturar uma maior quantidade de peixes através da produção de ruídos ou sons, os quais afugentam os peixes em direção às redes. Batidas são produzidas tanto no casco da embarcação quanto diretamente na água com a finalidade do “espanto” do peixe. Diversos artefatos são utilizados, como pedras, porretes, latas e o conhecido “soquete”, que consiste na junção de uma pequena lata comum a um pedaço de pau, em geral um cabo de vassoura. Segundo o *Manual sobre manejo de reservatórios para a produção de peixes*, uma produção conjunta entre a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO/ONU) e o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), esta técnica faz com que os peixes afugentados corram para as malhas das redes, trazendo vantagens e lucros nesta modalidade de pescaria pelas grandes colheitas de pescado. (FAO, 2008, Apud FREITAS; ANNUNCIATO, 2008, P. 130)

13 Art. 1º Constitui objeto da presente Resolução o estabelecimento de parâmetros, definições e limites para as Áreas de Preservação Permanente de reservatório artificial e a instituição da elaboração obrigatória de plano ambiental de conservação e uso do seu entorno. (Vide resolução CONAMA 302 em anexo).

Muitos desses pescadores têm a consciência de estarem ocupando uma área de preservação permanente e com vontade de contribuir para desocupar e transformar a área em lugar de preservação e lazer. Portanto, essa vontade vai para além, passa pela falta de condições econômicas desses pescadores para se instalarem em um local adequado.

Percebe-se também que a preocupação com o ambiente natural se dá em relação a não levar multa e sutilmente perpassa uma preocupação com o futuro do planeta. Como os barracos estão construídos em área de APP, muitas árvores foram preservadas, seja para não levar multa, ou seja, pra servir de apoio para a própria construção dos mesmos, ou mesmo para minimizar o calor. *“Aqui dentro da casa temos três árvores. Não vamos cortar, pra não levar mais multa,”* relata uma moradora do acampamento de Porto Said. (Ver foto n. 8).



Foto 08 – Vista do interior do acampamento de Porto Said
(Foto da autora, 2007)

Algumas famílias de pescadores já fixaram residência na beira da represa, há mais de seis anos. Muitos deles já tiveram seus filhos ali, sendo considerados cidadãos botucatuenses. Mesmo com as dificuldades encontradas e sendo alvo de estigmas, reivindicam sua cidadania. Solicitam melhoria de infra-estrutura, ações policiais para a segurança, regularidade nas condições de trabalho, assim como um novo lugar para fixarem suas residências com qualidade próximo da represa, local de trabalho dessas pessoas. Entretanto, a irregularidade das condições de moradia destas pessoas incide em questões de poder judicial da empresa que é responsável pela manutenção das margens, das áreas de preservação que estão invadidas, além de áreas particulares, onde os órgãos públicos, como a prefeitura não podem adentrar nem mesmo para realizar serviços básicos de coleta de lixo. Estão transformando, assim, o problema do lixo como um dos problemas ambientais mais relatado durante as entrevistas, como já explicitado anteriormente.

Para a secretaria de turismo do município de Botucatu, é de interesse do poder público que a área no entorno da represa se transforme em área de turismo e lazer como já existia anteriormente, quando o município tinha a concessão da orla.

5.3.2 A represa para turismo e lazer

Rio Bonito e Porto Said. A nossa vontade é de criar uma piscina grande. Com água potável. Evitar que as pessoas entrem no Rio. Se tiver um projeto integrado com a AES Tietê, com a Secretaria de Turismo, Secretaria do Meio Ambiente e Secretaria da Saúde, pensando na qualidade da água da represa, a gente pode retomar esses trabalhos, é nossa colaboração social. (Secretaria de Turismo)

A representante do turismo do município de Botucatu afirma que a responsabilidade de manutenção da orla da represa é da AES Tietê. Em contrapartida, poderá se estabelecer uma parceria com o poder público. Colaborando assim, para a melhoria da área, com o intuito de atender a toda população do entorno da represa, principalmente para o turismo e lazer.

Nesta perspectiva, verifica-se a contradição da ocupação e uso das margens e das águas da represa. Os pescadores fazem das margens seu lugar para morar e da pesca seu principal trabalho e fonte de renda, enquanto que os outros moradores e rancheiros, assim como o poder público reivindicam a área para turismo e lazer.

Como a pesca da tilápia é a atividade profissional dos moradores dos acampamentos e a represa é o ambiente de trabalho, conseqüentemente e estrategicamente, a localização da moradia, deve ser perto da represa, para facilitar a locomoção. Mas, por se fixarem numa área proibida por lei, áreas de APP constroem suas residências de forma precária, sabendo que deverá ser retirada, pois esta área não pertence a eles.

Outro fator que agrava os olhares de estranhamento e de estigma é a condição das moradias, ou seja, as moradias são feitas de lixa, (pejorativamente chamados de “barracos de lixa”) material resistente, mas com aspecto desagradável esteticamente, contribuindo assim para que toda a degradação social e ambiental seja atribuída a esses grupos de pescadores.

Há o reconhecimento, por parte de representantes do poder público municipal, de que a degradação ambiental não se atribui somente aos pescadores, pois muitos rancheiros também instalaram suas residências de

veraneio próximo a represa. *“Não são só os pescadores, mas também os rancheiros invadiram a área da orla”*, como afirma a secretaria de turismo de Botucatu.

O laudo de vistoria do DEPRN, também detalhou que existia acúmulo de lixo em praticamente toda a área, mas isso não era exclusivamente dos pescadores, verificou também que muitas residências lançavam seus esgotos no lago da represa, conforme citação do Inquérito:

Seria hipocrisia imputar aos pescadores toda a culpa pela degradação ambiental observada no local. A ação desses apenas vem somar-se à degradação perpetrada pelos moradores ou eventuais que se utilizam das margens da represa para lazer e/ou descanso. Sem dúvida, essas pessoas estão, de maneira direta ou indireta, promovendo uma degradação do meio ambiente, mas seguramente não são as únicas. Poderíamos, inclusive, incluir como autoras da degradação indireta, as autoridades municipais, estaduais e federais, que por omissão permitem que ocorram desmatamentos, deposição de lixo doméstico, lançamento de esgotos, construções irregulares, uso incompatível do solo, entre outros”. (Inquérito Civil n.006/02 - BOTUCATU, 2002, p. 211)

Para os pescadores que necessitam ir à represa diariamente, quanto mais próximo das margens, maior é a facilidade de deslocamento. Mesmo assim o desejo de mudar e ter um lugar melhor para morar se expressa na fala de uma pescadora/moradora do acampamento de Porto Said:

Para a gente é um ótimo local. A gente mora em cima do trabalho. Mas sinceramente a gente deseja um ambiente melhor. Uma casa melhor. Um lugar melhor. Mais conforto. Da para a gente viver aqui, dá, mas a gente sonha com um lugar melhor. Nós somos considerados como grileiros vivendo aqui. A gente sonha com um lugar melhor. Mas a gente que trabalha como pescador o melhor é morar perto do rio. (Depoimento de Pescadora 3 moradora de Porto Said)

5.3.3 A pesca como trabalho dos moradores dos acampamentos

Mas é cheio de família. Ninguém está ali para roubar, nós estamos ali trabalhando. A gente quer o melhor para nossa família. Você não quer o melhor para sua família? Todo mundo quer! (Depoimento de Pescador 1 morador de Porto Said)

A identidade coletiva constituída no grupo de pescadores do estudo desta pesquisa apresenta-se com significativos valores, como o trabalho e a família.

O trabalho como atividade sócio profissional é uma categoria que se relaciona com a dimensão da sustentabilidade econômica e social. Como vemos, a sustentabilidade econômica é avaliada a partir da sustentabilidade social, e é propiciada pela organização da vida material, sendo os recursos materiais provenientes tanto da iniciativa privada quanto da iniciativa pública e tem como objetivo principal a redução das desigualdades sociais.

A situação dos moradores/pescadores que ali se instalaram são em sua maioria pessoas que vêm em busca de uma fonte de renda para sobreviver.

Uma situação problemática que existe nesta forma de organização de trabalho, é a regulamentação da pesca. Nesta área a pesca não está regulamentada, isso faz com que haja muitos problemas com a fiscalização. Assim relata uma moradora de Porto Said: “eu sei que é irregular. Mas se for para pescar como a polícia ambiental quer. Pescador não sobrevive”. (Depoimento de Pescadora 5, moradora de Porto Said)

A relação de trabalho se constitui numa relação do homem com o mundo que o cerca e em relação com outros homens. Existe assim um sonho por parte dos moradores de que aquela área seria desenvolvida se tivesse uma

organização dos pescadores com contribuição dos órgãos públicos, ou em forma de cooperativa:

aqui seria uma área desenvolvida se entrasse um cooperativa. Com ajuda do prefeito e do governo. Vendia-se os peixes sem intermediário. O pescador que produz ganha pouco. Se tivesse cooperativa ganhava mais. Seria um valor só. Não teria quem ganhasse mais que o outro". (Depoimento de Pescadora 3 moradora de Porto Said)

Torna-se necessário e é um anseio dos pescadores que haja a legalização da pesca. Como o objeto de ocupação desta área é a exploração do pescado, verifica-se, que a maioria possui o documento expedido pelo Ministério da Agricultura, que os permite a prática da pesca, entretanto, a sistemática empregada não é a permitida, ou seja, através do processo de batida, método esse danoso ao meio ambiente e à ictiofauna, aliado a outras infrações decorrentes da prática pesqueira como: utilizar mais de um terço do corpo d' água, não utilizar plaquetas de identificação, não observar a distância estabelecida por norma, 100m entre petrechos, sendo essas irregularidades referentes à prática da pesca as mais comuns nesta comunidade. (Botucatu, 2002).

Outra questão que torna difícil a sobrevivência dessas pessoas é em época em que ocorre a piracema, que conforme o § 4º da lei 7.653, de 12 de fevereiro de 1988:

fica proibido pescar no período em que ocorre a piracema, de 1º de outubro a 30 de janeiro, nos cursos d'água ou em água parada ou mar territorial, no período em que tem lugar a desova e/ou a reprodução dos peixes; quem infringir esta norma fica sujeito a multa. (Lei 7.653 de 12/02/1988)

Como vemos na supra citada lei, são quatro meses em que eles ficam sem poder pescar e, conseqüentemente, sem receber, pois são na sua maioria pescadores autônomos e vivem exclusivamente da pesca. Neste período, fica assegurado pelo Governo Federal um auxílio de equivalente a um salário mínimo mensal, entretanto, esse valor só é pago no final do período, ficando os pescadores sem renda para sobreviver neste período. Este fator agrava mais ainda as condições dessa população, fazendo com que muitos deles migrem para os centros urbanos em busca de trabalho e voltam após esse período.

Outro efeito neste caso, é a diferença de reprodução de espécies ictiológicas que vivem em represas, como é o caso da tilápia, e as que vivem em águas de rios correntes, conforme nos relata Trajano Carlos de Figueiredo Pupo em entrevista:

O que acontece na piracema, os peixes sobem o rio, saem do rio maior e vão para rios menores para procurar água de menor oxigenação. As fêmeas botam os ovos ali. A fecundação dos peixes é externa. Vem os machos e fecundam. Se a água tiver muita oxigenação os ovos não se desenvolvem. O que acontece com essa água da represa é que não vai ter piracema, pois se constitui de água parada.¹⁴

Analisando esta fala, vemos que existe contradição entre a forma como são elaboradas as leis, tendo somente uma visão geral da dinâmica de reprodução natural das espécies nativas, não levando em conta as particularidades das espécies, principalmente as introduzidas.

14 Entrevista concedida em fevereiro de 2008

5.4 Perspectivas político-ambientais emergentes

Além da geração de energia, outros aproveitamentos podem ser atribuídos às águas das represas constituídas pelas UHE. Usos múltiplos como abastecimento para consumo das populações; irrigação de lavouras; navegação; turismo; pesca esportiva, artesanal e comercial, e piscicultura, além de outros usos são possíveis nestes locais.

Os usos múltiplos das áreas das represas e de seu entorno podem ser de grande importância para o desenvolvimento local, com a geração de empregos e melhoria da qualidade de vida das populações. Em contradição a esse processo, além dos conflitos gerados pela construção da represa, as novas ocupações, geram por um lado fonte de renda para as populações e por outro é causadora de conflitos de ordem social e ambiental, como já descritos e analisados ao longo deste trabalho.

Para possibilitar a compreensão mútua entre grupos e a definição política de convivência de solução de problemas que atende os interesses de uns e de outros, a dimensão educativa aparece como a construção de dispositivos sociais, institucionais e culturais. Dispositivos estes, articulados pela relação de diálogos entre pessoas/grupos diferentes, mediados pelas estratégias de intervenção. No caso específico do grupo de pescadores do acampamento de Porto Said, foi dado voz aos sujeitos que são menos ouvidos nas relações sociais, ou seja, foi realizada uma reunião onde foram colocados todos os objetivos e anseios desse grupo para uma posterior reunião juntamente com as autoridades municipais e representantes da empresa de concessão da UHE.

Nesta reunião foi apresentado um *Protocolo de Intenções* previamente construído a partir das reivindicações feitas pelos grupos de moradores dos acampamentos de Porto Said e Rio Bonito. Este protocolo está registrado no livro de Freitas; Annunziato, que resumidamente prevê:

...por parte da Prefeitura de Botucatu, a disponibilidade de um terreno adequado à construção de habitações para os pescadores, em espaço não distante das margens do reservatório, e o comprometimento com a busca de financiamentos para construção das citadas habitações, além da organização do processo de eventual obtenção de outros apoios por parte de entidades públicas e privadas. Da AES Tietê, viria a contribuição para a elaboração do projeto de arquitetura, urbanismo e arruamentos. A Prefeitura asseguraria ainda a recolha de lixo na área atualmente ocupada.

Aos pescadores de Porto Said e Rio Bonito está previsto no protocolo o comprometimento em, tão logo estejam construídas as novas moradias, abandonar os acampamentos em terrenos privados e de preservação permanente e ajudar a prevenir quaisquer futuras tentativas de ocupação. Prevê-se ainda a colaboração com as tarefas de ordenamento da conservação e uso do solo no entorno do reservatório (principalmente a manutenção do reflorestamento que vier a ser implementado). Em conjunto com o poder público, seriam demolidas as edificações e removidos os resíduos resultantes.

No tocante à AES Tietê, houve comprometimento com a recuperação ambiental da área desocupada, assumindo a responsabilidade de reflorestar com espécies nativas a área compreendida nos limites de sua propriedade e apoiando a Prefeitura e a comunidade de pescadores na recuperação da área restante com a doação de mudas arbóreas de espécies nativas.

Com a participação registrada de mais de 150 pessoas, esse encontro de lançamento do diálogo se constituiu num importante arranque para a construção de um futuro mais sustentável às margens do Reservatório da Usina Hidrelétrica de Barra Bonita. A partir de então, espera-se o comprometimento multilateral e a participação ativa dos diversos envolvidos num amplo e contínuo diálogo, no qual os diversos pontos de vista poderão ser compartilhados e os desafios emergentes ressignificados, permitindo o empreendimento de ações estratégicas que rearticulem as relações conflituosas existentes e permitam mitigar os danos sociais e ambientais presentes. (FREITAS; ANNUNCIATO, 2008, p.145).

Para dar continuidade às reivindicações deste protocolo, uma proposta seria a constituição de um fórum de discussão sobre a Cultura e a Sustentabilidade em Botucatu, com o propósito manter o diálogo entre as partes e acompanhamento da viabilização das propostas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio de lutas fundamentais sobre a apropriação da ciência, do tempo e do espaço, os ecologistas inspiram a criação de uma identidade, uma identidade biológica, uma cultura da espécie humana como componente da natureza. (Castells, 2006)

Neste trabalho, procurou-se entender como algumas práticas sociais são diretamente identificadas na composição do grupo que se estabeleceu na área de estudo. O objetivo principal deste trabalho foi verificar como se estabelecem as relações existentes entre os moradores de duas comunidades de pescadores instalados às margens da represa e os outros grupos de moradores de Porto Said e Rio Bonito, no município de Botucatu (SP).

No contexto econômico, no passado, Botucatu se destacou no cenário estadual como grande produtor de café. Assim como nos outros municípios, com a quebra da bolsa de Nova Iorque, em 1929, a indústria cafeeira não teve mais espaço. Uma das consequências disso foi o crescimento da urbanização e da industrialização em todo o país.

Com esse crescimento industrial, a demanda por energia aumentou de maneira drástica. Iniciou-se assim uma expansão do setor elétrico em todo o estado de São Paulo. Com a instalação da UHE de Barra Bonita, na década de 1960, mudou totalmente o cenário de toda região de Botucatu. Assim o processo de desapropriação de terras que culminou na formação da represa, se constitui um amplo desafio aos problemas socioambientais que surgiram, particularmente

com as ocupações às margens da represa. Este novo cenário possibilita uma reflexão sobre a evolução do uso das águas e das culturas ribeirinhas constituídas.

Da perspectiva do impacto ambiental a nível mundial, o marco inicial se dá com a revolução industrial e com o desenvolvimento tecnológico, que transforma desde matéria prima até os mais sofisticados produtos de demanda mundial, intensificando assim os problemas ambientais.

Esse impacto ambiental gerado pelo processo de desenvolvimento das últimas décadas nos faz pensar em alternativas eficazes para um novo desenvolvimento que garanta a sustentabilidade em sua dimensão mais ampla, em todos os níveis: sociais, ecológico, econômico, espacial, político e cultural.

O grande desafio ecológico/ambiental que se coloca na atualidade para que possamos construir sociedades sustentáveis é, sem dúvida, estimular as mudanças de atitude e comportamento das populações, o que gera uma nova forma de pensar, o pensar verde que para Petra Kelly (*apud* Castells, 2006):

A política verde é um tipo de celebração. Reconhecemos que cada um de nós faz parte dos problemas do mundo, e que também fazemos parte da solução. Os perigos e as perspectivas de cura não estão apenas no meio que nos cerca. Começamos a atuar exatamente onde estamos. Não há necessidade de esperar até que as condições se tornem ideais. Podemos simplificar nossas vidas e viver em harmonia com valores humanos e ecológicos. Haverá melhores condições de vida porque nos permitimos começar... Portanto pode-se dizer que o principal objetivo da política verde é uma revolução interior, "o verdejar do ser. (Petra Kelly, *Pensando Verde*, apud CASTELLS, 2006, p. 141)

Pensar em mudanças pode gerar uma nova constituição de vida. Assim, de posse dos discursos coletados e analisados, vimos que estas comunidades se constituíram e se identificaram enquanto grupo social e o processo de

identificação destes grupos se constituíram na medida em que passaram a viver às margens da represa e compartilhar dos mesmos interesses, neste caso, a pesca como atividade econômica. Ao analisar as relações com os outros grupos de moradores e com o meio ambiente, convergências e divergências foram identificadas nestas áreas de Porto Said e Rio Bonito e também com o meio ambiente. Como exemplo, podemos ver o interesse comum de todos os grupos envolvidos em desocupar a área de APP. Este interesse ficou expressado nos discursos dos pescadores, rancheiros, representantes do poder público e da AES Tietê. Só que ficou claro que os pescadores só desocuparão se o poder público e a AES Tietê lhes proporcionarem um novo lugar para a instalações de suas moradias.

Do ponto de vista das relações de constituição ou identitárias, as comunidades que vivem nos barracos de lixa se auto-identificam como pescadores e trabalhadores da pesca: “nós somos pescadores”. Do ponto de vista da hetero-identificação, os outros moradores e autoridades locais os veem como bandidos e favelados: “o policial disse que conhece aqui como favela, que só tem gente que não presta”. E, por fim, aparece a auto-identificação reflexiva, que é a reação deles a partir do olhar dos outros: “O povo tem medo dos pescadores, mas vamos concordar numa coisa, dá arrepio de olhar aqueles barracos ali mesmo”.

A identificação de relações conflituosas que se estabeleceram nas áreas de Porto Said e Rio Bonito, especificamente com esses grupos de pescadores, são conflitos de relações de constituição ou identificação, relações das relações/ com outros grupos e com o meio ambiente e relação de ordem ou controle. Estes

conflitos se estabelecem e se transformam em desafio de construção de um novo futuro.

Está claro que um dos resultados aponta para a necessidade urgente de resolver esses conflitos de ordem social e ambiental instaurados nesta área. Para isso, faz-se necessária uma parceria de entidades públicas e privadas com as quais deve haver diálogo para minimizar os impactos causados pela ocupação, promovendo uma política para implementação do turismo e lazer aliado às moradias que ali existem.

Entende-se que a comunidade de pescadores deve estar envolvida e organizada com outros setores da sociedade, tal condição é indispensável para lidar com os desafios básicos do desenvolvimento, tais como moradia, desemprego, lixo, água e poluição do ar, para citar apenas alguns e poder mobilizar novos recursos para a solução destes problemas e criar uma cultura participativa, transparente, responsável e comprometida com processos permanentes de sensibilização e capacitação.

Por fim, uma mensagem a todos os moradores de Porto Said e Rio Bonito, em especial aos pescadores dos acampamentos:

Vale a pena continuar a LUTA para manter as RELAÇÕES que se estabelecem entre os GRUPOS, conquistar a melhoria na QUALIDADE DE VIDA, promovendo assim a SUSTENTABILIDADE CULTURAL, SOCIAL, AMBIENTAL E ECONÔMICA.

7. REFERÊNCIAS

AGENDA 21 GLOBAL. Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), Rio de Janeiro, 1992.

AGENDA 21 e a sustentabilidade das cidades. Cadernos de debate: agenda 21 e sustentabilidade. Ministério do Meio ambiente. Brasília, 2003

BARCELOS, Valdo. **Educação ambiental:** sobre princípios, metodologias e atitudes. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008.

BOTUCATU. *Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.* Apelação Cível nº 133/088 de 1962. Dispõe sobre Autos de desapropriação, Companhia Hidroelétrica do Rio Pardo CHERP – Expropriante e Dário Batistão - Expropriado. *Cartório do Segundo Ofício.* Comarca de Botucatu. 1962.

BOTUCATU. Inquérito Civil n. 006/2002. Ministério Público do Estado de São Paulo. *Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Botucatu.* Botucatu, 2002.

BRASIL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. Parâmetros curriculares nacionais- PCN. Geografia / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida: uma nova concepção científica dos sistemas vivos.** Trad. Newton Roberval Eicheberg. São Paulo: Cultrix, 2006.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade.** Tradução Klauss Brandini Gerhardt. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. 530p. (A Era da Informação: economia, sociedade e cultura, 2).

DIEGUES, Antonio Carlos. O mito do paraíso desabitado: as áreas naturais protegidas. In: FERREIRA, L. da C.; VIOLA, E. (orgs). **Incertezas de sustentabilidade na globalização.** Campinas SP: Ed. da UNICAMP, 1996. (Coleção Momento)

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Tradução de Izabel Magalhães. Brasília: Editora da UNB, 2001.

FALTERI, Paola. Interculturalismo e culturas no plural. In: FLEURI, Reinaldo M. (org.) **Intercultura e Movimentos Sociais**. Florianópolis, MOVER/NUP: 1998. p. 33-44.

FIGUEIREDO, João Batista de Albuquerque. **Educação Ambiental dialógica: as contribuições de Paulo Freire a e cultura sertaneja nordestina**. Fortaleza: Edições UFC, 2007.

FLEURI, Reinaldo Matias. Interdisciplinaridade: meta ou mito? In: **Revista Plural**, n.4, ano 3, jan-jul. 1993.

FLEURI, Reinaldo Matias. (org.). **Intercultura e Movimentos Sociais**. Florianópolis, MOVER/NUP, 1998.

FLEURI, Reinaldo Matias. **Desafios à Educação Intercultural no Brasil**. Revista Percursos, v.2, p.109/128. Florianópolis: NEPP/UDESC, 2001.

FLEURI, Reinaldo Matias Educação intercultural: a construção da identidade e da diferença nos movimentos sociais. In: **Perspectiva – Revista do Centro de Ciências da Educação da UFSC**. Florianópolis, v. 20, n. 02, p. 405-423, jul./dez. 2002.

FOUCAULT, Michael. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 16ª edição. 2008

FREITAS, Mário. A Educação para o Desenvolvimento Sustentável e a Formação de Educadores/Professores. **Perspectiva – Revista do Centro de Ciências da Educação da UFSC**. Florianópolis, Vol. 22, n.2, p. 547-575. jul/dez.2004

FREITAS, Mário. **Natureza, Cultura, Ambiente e Desenvolvimento: Um Ensaio sobre a Viabilidade de uma Cultura (Comum) da Sustentabilidade**. In: PARENTE, Temis Gomes; MAGALHÃES, Hilda Gomes Dutra (Orgs) **Linguagens plurais: cultura e meio ambiente**. Palmas: 2006, p.13-40

FREITAS, Mário; ANNUNCIATO, Drauzio Pezzoni. **Botucatu as margens do Tietê: cultura e sustentabilidade**. São Paulo, Instituto Brasil Com, 2008.

FREITAS, Mário.; FLEURI Reinaldo Matias. Conceito de Complexidade: uma contribuição para a formulação de princípios epistemológicos de uma educação intercultural, ambiental e para o desenvolvimento sustentável. In: **III Seminário Internacional Educação Intercultural, sustentabilidade e movimentos sociais**. Florianópolis, 2006.

GADOTTI, Moacir. **CARTA DA TERRA E CULTURA DA SUSTENTABILIDADE** Educando para a vida sustentável. Disponível em: http://www.paulofreire.org/twiki/pub/Institucional/MoacirGadottiArtigosIt0034/Carta_da_Terra_2003.pdf. acessado em 02 de jul de 2008.

GARCIA, L.B. dos R. Os caminhos que conduzem Botucatu e a organização do espaço urbano. In: **Ciência Geográfica** – ensino – pesquisa – método- n. 05 – Bauru/SP, dezembro de 1996.

GÓMEZ, José Antonio Caride et all. **Educação e desenvolvimento comunitário local**: perspectivas pedagógicas e sociais da sustentabilidade. Porto: Profedições, Ida, 2007

GONÇALVES, Débora Fittipaldi. **O homem pantaneiro, suas crenças e atividades de turismo**: uma leitura a partir da sub-região de Miranda. Dissertação (Mestrado em Educação), Blumenau, 2008.

GRÜN, Mauro. **Ética e educação ambiental**: a conexão necessária. Campinas: Papyrus, 1996.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 7. ed. Rio de Janeiro: DPeA, 1998.

MC MILLAN, James H.; SCHUMACHER, Sally. **Research in education: a conceptual introduction**. 5. ed. USA: AWL, 2001

MARCOTE, Pedro Vega, Educación para um desarrollo sostenible desde uma perspectiva intercultural: princípios conceptuales y propuesta metodológica para actuar sustentiblemente. In: III Seminário Internacional Educação Intercultural, sustentabilidade e movimentos sociais. Florianópolis, 2006.

MARCOTE, Pedro Vega; SUÁREZ, Pedro Alvarez. **Ensino superior orientado para a sustentabilidade e a interculturalidade: do conhecimento à ação**. In: XII Congresso da Association Internationale pour la Recherche Interculturelle – ARIC : Diálogos interculturais, descolonizar o saber e o poder. Florianópolis. 2009.

MEDINA, N. M.; SANTOS, E. da C. **Educação Ambiental: uma metodologia participativa de formação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

MELO, Mauro Martini de, **Capitalismo versus sustentabilidade**: o desafio de uma nova ética ambiental. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006.

MELUCCI, A. **A invenção do presente**: movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis: Vozes, 2001

MENA, F.E.de S. **Clima e turismo no município de Botucatu-SP**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Rio Claro, 2004.

MENDES, Marina Ceccato. Desenvolvimento Sustentável. In: http://educar.sc.usp.br/biologia/textos/m_a_txt2.html. acessado em: 10/05/2006.

MMA - Consórcio CDS/UnB – Abipti – Ciência & Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável, Brasília, 2000.

NOGUEIRA, Alex. **Criação de tilápias em tanques-rede**. Salvador: Sebrae Bahia, 2007.

MONTIBELLER, Fº Gilberto. **O mito do desenvolvimento sustentável**: Meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias. 2. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2004.

PEDRO, Emília Ribeiro. Análise crítica do discurso: aspectos teóricos, metodológicos e analíticos. In: PEDRO, Emília Ribeiro (org). **Análise Crítica do Discurso**. Lisboa: Editorial Caminhos SA, 1997. p. 19-46.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da Natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2006.

RELATÓRIO BRUNDTLAND, 1987 apud José Goldenberger, **Energia para um mundo sustentável**. Correio da Unesco, ano 20, n. 1, jan.1992.

RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. **Análise de discurso crítica**. São Paulo: contexto, 2006.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI**: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Estúdio Nobel/ Fundação do Desenvolvimento Administrativo (FUNDAP). 1993.

SACHS, Ignacy. **Rumo a ecossocioeconomia**: teoria e prática do desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2007.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1998.

VAN DJIK, Teun. **Semântica do Discurso e ideologia**. In: PEDRO, Emília Ribeiro (org). **Análise Crítica do Discurso**. Lisboa: Editorial Caminhos SA, 1997.

<http://aestiete.infoinvest.com.br>, acessado em 02/08/2008

<http://www.infoescola.com/sociologia/estigma-e-identidade-social/> acessado em 31/10/2009

8. ANEXOS

Anexo 1

Perguntas norteadoras para as entrevistas

1. Local de origem
2. Tempo que mora no acampamento?
3. Pretendem viver no acampamento?
4. Você gosta deste lugar?
5. O que você identifica como os principais problemas daqui?
6. O que você entende por desenvolvimento, quando uma área é considerada desenvolvida?
7. Você já ouviu falar em desenvolvimento sustentável?
8. Você sabe se essa área é de preservação ambiental?
9. O que vocês consideram um meio ambiente saudável?
10. Em relação a pesca. Você acha que é preciso regulamentar a pesca?
11. O que você acha que teria que fazer pra continuar dando peixe na represa?
12. Como você gostaria que esse lugar fosse no futuro?

Anexo 2

TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS PARA O USO DE IMAGEM PESSOAL, DEPOIMENTOS, ENTREVISTAS

CEDENTE:

Nome:

Nome artístico:

Nacionalidade:

Profissão:

Endereço:

RG n.º CPF n.º:

CESSIONÁRIA:

Nome:

Nacionalidade:

Profissão:

Endereço:

RG n.º CPF n.º:

1. O(a) CEDENTE concede, a título gratuito à CESSIONÁRIA, autorização para utilização e publicação das imagens e voz do(a) CEDENTE, assim como seus depoimentos, entrevistas e fotografias, bem como sua reprodução total ou parcial por escrito e/ou fazer-lhes menção e referência.

2. Com a presente autorização, a CESSIONÁRIA, terá amplo direito ao exercício dos direitos cedidos, conforme prevê e autoriza a Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998, podendo utilizar, fruir, ceder, publicar e dispor das imagens, voz e textos cedidos na forma que lhe aprouver, a título universal, no Brasil e/ou exterior, em conjunto ou não com outras imagens e textos, segundo seus próprios critérios, para fins de impressão, edição, reprodução total ou parcial por qualquer meio e recurso tecnológico, distribuição, promoção, comercialização, publicação e veiculação por qualquer meio existente e que vier a existir. Sendo facultado à CESSIONÁRIA a não utilização das imagens, voz e textos cedidos, se assim lhe aprouver.

4. A presente autorização tem caráter irrevogável e irretratável, pelo prazo de proteção legal e terá vigor no Brasil e no exterior.

5. A CEDENTE exonera a CESSIONÁRIA de toda e qualquer responsabilidade civil ou criminal, e ainda reclamações de terceiros, que vierem a sofrer em caso de contestação da presente autorização.

Sendo esta a expressão da verdade, assino a presente autorização irrevogável, irretratável, e válida contra herdeiros e sucessores, sob as penas da lei.

Local / Data

CEDENTE

CESSIONÁRIA

RESPONSÁVEL LEGAL

Testemunhas:

Nome:

RG:

CPF:

Nome:

RG:

CPF:

Anexo 3

RESOLUÇÃO CONAMA Nº 302, DE 20 DE MARÇO DE 2002

Dispõe sobre os parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente de reservatórios artificiais e o regime de uso do entorno.

O CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE-CONAMA, no uso das competências que lhe são conferidas pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, regulamentada pelo Decreto 99.274, de 6 de junho de 1990, e tendo em vista o disposto nas Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e no seu Regimento Interno, e

Considerando que a função sócio-ambiental da propriedade prevista nos arts. 5º, inciso XXIII, 170, inciso VI, 182, § 2º, 186, inciso II e 225 da Constituição, os princípios da prevenção, da precaução e do poluidor-pagador;

Considerando a necessidade de regulamentar o art. 2º da Lei nº 4.771, de 1965, no que concerne às áreas de preservação permanente no entorno dos reservatórios artificiais;

Considerando as responsabilidades assumidas pelo Brasil por força da Convenção da Biodiversidade, de 1992, da Convenção de Ramsar, de 1971 e da Convenção de Washington, de 1940, bem como os compromissos derivados da Declaração do Rio de Janeiro, de 1992;

Considerando que as Áreas de Preservação Permanente e outros espaços territoriais especialmente protegidos, como instrumento de relevante interesse ambiental, integram o desenvolvimento sustentável, objetivo das presentes e futuras gerações;

Considerando a função ambiental das Áreas de Preservação Permanente de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem estar das populações humanas, resolve:

Art. 1º Constitui objeto da presente Resolução o estabelecimento de parâmetros, definições e limites para as Áreas de Preservação Permanente de reservatório artificial e a instituição da elaboração obrigatória de plano ambiental de conservação e uso do seu entorno.

Art. 2º Para efeito desta Resolução são adotadas as seguintes definições:

I -Reservatório artificial: acumulação não natural de água destinada a quaisquer de seus múltiplos usos;

II -Área de Preservação Permanente: a área marginal ao redor do reservatório artificial e suas ilhas, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem estar das populações humanas;

III -Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial: conjunto de diretrizes e proposições com o objetivo de disciplinar a conservação, recuperação, o uso e ocupação do entorno do reservatório artificial, respeitados os parâmetros estabelecidos nesta Resolução e em outras normas aplicáveis;

IV - Nível Máximo Normal: é a cota máxima normal de operação do reservatório; V -Área Urbana Consolidada: aquela que atende aos seguintes critérios:

a) definição legal pelo poder público;
b) existência de, no mínimo, quatro dos seguintes equipamentos de infraestrutura urbana:

1. malha viária com canalização de águas pluviais,
 2. rede de abastecimento de água;
 3. rede de esgoto;
 4. distribuição de energia elétrica e iluminação pública;
 5. recolhimento de resíduos sólidos urbanos;
 6. tratamento de resíduos sólidos urbanos; e
- c) densidade demográfica superior a cinco mil habitantes por km².

Art 3º Constitui Área de Preservação Permanente a área com largura mínima, em projeção horizontal, no entorno dos reservatórios artificiais, medida a partir do nível máximo normal de:

I -trinta metros para os reservatórios artificiais situados em áreas urbanas consolidadas e cem metros para áreas rurais;

II -quinze metros, no mínimo, para os reservatórios artificiais de geração de energia elétrica com até dez hectares, sem prejuízo da compensação ambiental.

III -quinze metros, no mínimo, para reservatórios artificiais não utilizados em abastecimento público ou geração de energia elétrica, com até vinte hectares de superfície e localizados em área rural.

§ 1º Os limites da Área de Preservação Permanente, previstos no inciso I, poderão ser ampliados ou reduzidos, observando-se o patamar mínimo de trinta metros, conforme estabelecido no licenciamento ambiental e no plano de recursos hídricos da bacia onde o reservatório se insere, se houver.

§ 2º Os limites da Área de Preservação Permanente, previstos no inciso II, somente poderão ser ampliados, conforme estabelecido no licenciamento ambiental, e, quando houver, de acordo com o plano de recursos hídricos da bacia onde o reservatório se insere.

§ 3º A redução do limite da Área de Preservação Permanente, prevista no § 1º deste artigo não se aplica às áreas de ocorrência original da floresta

ombrófila densa -porção amazônica, inclusive os cerradões e aos reservatórios artificiais utilizados para fins de abastecimento público.

§ 4º A ampliação ou redução do limite das Áreas de Preservação Permanente, a que se refere o § 1º, deverá ser estabelecida considerando, no mínimo, os seguintes critérios:

I -características ambientais da bacia hidrográfica;

II - geologia, geomorfologia, hidrogeologia e fisiografia da bacia hidrográfica;

III - tipologia vegetal;

IV -representatividade ecológica da área no bioma presente dentro da bacia hidrográfica em que está inserido, notadamente a existência de espécie ameaçada de extinção e a importância da área como corredor de biodiversidade;

V -finalidade do uso da água;

VI - uso e ocupação do solo no entorno;

VII -o impacto ambiental causado pela implantação do reservatório e no entorno da Área de Preservação Permanente até a faixa de cem metros.

§ 5º Na hipótese de redução, a ocupação urbana, mesmo com parcelamento do solo através de loteamento ou subdivisão em partes ideais, dentre outros mecanismos, não poderá exceder a dez por cento dessa área, ressalvadas as benfeitorias existentes na área urbana consolidada, à época da solicitação da licença prévia ambiental.

§ 6º Não se aplicam as disposições deste artigo às acumulações artificiais de água, inferiores a cinco hectares de superfície, desde que não resultantes do barramento ou represamento de cursos d'água e não localizadas em Área de Preservação Permanente, à exceção daquelas destinadas ao abastecimento público.

Art. 4º O empreendedor, no âmbito do procedimento de licenciamento ambiental, deve elaborar o plano ambiental de conservação e uso do entorno de reservatório artificial em conformidade com o termo de referência expedido pelo órgão ambiental competente, para os reservatórios artificiais destinados à geração de energia e abastecimento público.

§ 1º Cabe ao órgão ambiental competente aprovar o plano ambiental de conservação e uso do entorno dos reservatórios artificiais, considerando o plano de recursos hídricos, quando houver, sem prejuízo do procedimento de licenciamento ambiental.

§ 2º A aprovação do plano ambiental de conservação e uso do entorno dos reservatórios artificiais deverá ser precedida da realização de consulta pública, sob pena de nulidade do ato administrativo, na forma da Resolução CONAMA nº 09, de 3 de dezembro de 1987, naquilo que for aplicável, informando-se ao Ministério Público com antecedência de trinta dias da respectiva data.

§ 3º Na análise do plano ambiental de conservação e uso de que trata este artigo, será ouvido o respectivo comitê de bacia hidrográfica, quando houver.

§ 4º O plano ambiental de conservação e uso poderá indicar áreas para implantação de pólos turísticos e lazer no entorno do reservatório artificial, que não poderão exceder a dez por cento da área total do seu entorno.

§ 5º As áreas previstas no parágrafo anterior somente poderão ser ocupadas respeitadas a legislação municipal, estadual e federal, e desde que a ocupação esteja devidamente licenciada pelo órgão ambiental competente.

Art. 5º Aos empreendimentos objeto de processo de privatização, até a data de publicação desta Resolução, aplicam-se às exigências ambientais vigentes à época da privatização, inclusive os cem metros mínimos de Área de Preservação Permanente.

Parágrafo único. Aos empreendimentos que dispõem de licença de operação aplicam-se as exigências nela contidas.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, incidindo, inclusive, sobre os processos de licenciamento ambiental em andamento.